



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 05|maio 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia e do Emprego

**GPEAR I**  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais  
Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** maio de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de maio.

### Editores:

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
<b>Destaques</b>	<b>33</b>
Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2012	35
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>41</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>49</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* No 1.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 4% em termos homólogos (4,2% no 4.º trimestre de 2011), devido ao abrandamento da produção dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou, causada pela forte recuperação registada no Japão no mês de março. Também, o comércio mundial de mercadorias abrandou, influenciado por um menor crescimento das importações mundiais, por parte das economias emergentes. Quanto às exportações mundiais, estas aceleraram nas economias avançadas devido ao reforço da área do euro e da melhoria registada no Japão; enquanto continuaram a abrandar nos países emergentes.
- \* A indefinição da situação política da Grécia, o agravamento da crise do setor bancário em Espanha e a persistência de um clima de forte incerteza provocado pela continuação de tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana, são alguns dos fatores, que no período mais recente, condicionaram a confiança dos agentes económicos da área do euro, levaram à evolução negativa dos índices bolsistas internacionais e à depreciação significativa do euro face ao dólar, tendo este descido para 1,25 no dia 25 de maio (o valor mais baixo desde o início de julho de 2010).
- \* No 1.º trimestre de 2012, o PIB da OCDE aumentou 1,6% em termos homólogos reais (1,4% no 4.º trimestre de 2011) influenciado pelo reforço do crescimento dos EUA e pela recuperação significativa do Japão (associado, em parte, ao esforço de reconstrução na sequência do terramoto de há um ano). Pelo contrário, assistiu-se a um abrandamento da generalidade dos países europeus. A taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE diminuiu para 2,5% em abril (2,7% em março), abrangendo a generalidade das economias avançadas e alguns países emergentes, como a China e o Brasil.
- \* Nos EUA, o PIB registou um crescimento de 2,1% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2012 (1,6% no 4.º trimestre de 2011) em resultado sobretudo do forte crescimento do investimento privado no segmento residencial e da melhoria do consumo privado associada a uma evolução positiva do mercado de trabalho. Os indicadores disponíveis para o mês de abril indicam a continuação de uma expansão económica moderada (produção industrial e vendas a retalho) corroborada por uma evolução favorável dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria. Nesse mês, a taxa de desemprego desceu para 8,1% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,3%.
- \* No 1.º trimestre de 2012, tanto o PIB da União Europeia (UE) como da área do euro (AE) registaram uma variação em cadeia nula (-0,3% no trimestre precedente), tendo desacelerado para 0,1% e para uma variação também nula em termos homólogos reais, respetivamente (0,8% e 0,7%, no 4.º trimestre de 2011). Durante este período, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma quebra da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações mantiveram um crescimento robusto. Em abril de 2012, o indicador de sentimento económico estabilizou na UE e diminuiu na AE, invertendo a tendência de melhoria verificada nos últimos meses. Neste mesmo mês, a taxa de desemprego subiu para 10,9% para a AE e manteve-se em 10,2% para a UE. A taxa de inflação homóloga da AE diminuiu para 2,6% em abril de 2012 (2,7% desde dezembro de 2011).
- \* Em maio de 2012 e, até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo diminuíram de forma significativa na área do euro; enquanto estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,69% (0,75%, em abril) e a dos EUA manteve-se em 0,47%.
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a diminuir em maio, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 25, registado o valor de 111 USD/bbl (86€/bbl).

## Conjuntura Nacional

- \* A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2012 aponta para uma quebra real de 2,2% do PIB, uma melhoria de 0,7 p.p. face ao trimestre anterior. Em cadeia, o PIB registou uma quebra marginal de 0,1%, em resultado de uma melhoria do contributo da procura interna (ainda que negativo) mais do que compensando a desaceleração do contributo positivo da procura externa líquida.
- \* No 1.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego foi de 14,9%, um aumento de 0,9 p.p. face ao 4.º trimestre de 2011.
- \* Em abril de 2012 o indicador de clima económico do INE melhorou ligeiramente face ao 1.º trimestre (+0,1 p.p.).
- \* Em abril de 2012 registou-se novamente uma ligeira desaceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), verificando-se uma variação homóloga de 3,0%, 0,1 p.p. inferior ao mês anterior.
- \* Até abril, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local, foi de 1790,5 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 1663,1 milhões de euros, correspondendo a um agravamento de 1064,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o agravamento do défice do Estado, o qual aumentou em 605,6 milhões de euros, a diminuição do excedente da Segurança Social, em 451,1 milhões de euros, e, em menor grau, da Administração Regional, em 55,7 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo as EPR, registaram um excedente de 1043,0 milhões de euros, mais 48,3 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior. O défice das EPR foi de 159,2 milhões de euros, mais 91,0 milhões de euros do que o registado em março de 2012.
- \* A Administração Local, tendo em conta um universo comparável de 262 municípios, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 32,4 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 2,8 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- \* A execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS), até abril, resultou no défice de 91,1 milhões de euros, o que representa um agravamento de 74,9 milhões de euros face ao valor homólogo.

## Comércio Internacional

- \* De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados<sup>1</sup>, as exportações de mercadorias registaram, no primeiro trimestre do ano, um crescimento homólogo de 11,6% relativamente a igual período no ano transato. Neste mesmo período, as importações decresceram 3,3%. Este comportamento levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 38,4%, o que correspondeu a 1.647 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81%, mais 10,9 p.p. que em igual trimestre de 2011.
- \* Nos primeiros três meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, foi inferior ao crescimento das exportações totais (8,2%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (11%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 80,8%.
- \* No *último ano a terminar em março de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 13,7% em termos homólogos, com todos os grupos a contribuir positivamente para este comportamento.

<sup>1</sup> Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de março de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar (revista) face aos dados previamente apresentados.

De destacar o contributo dos “Energéticos” (+3,1 p.p.) e do “Material de Transporte” (+2,4 p.p.). No primeiro trimestre do corrente ano, a tendência manteve-se, com o contributo positivo destes dois grupos de produtos a atingir os 3,9 p.p. e 2 p.p., respetivamente.

- \* Nos primeiros três meses de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 5,4% e contribuíram em 4,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram uma variação homóloga positiva de 4,8% e as exportações para os países do Alargamento 20,5%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 3,5 p.p. e 0,6 p.p.. Apesar de perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 26,2% para 22,5% no primeiro trimestre de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para a Alemanha (+1,5 p.p.) e para França (+1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 7,6%, e as exportações para o Reino Unido 11,4%.
- \* As **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 32,3% e passando a representar 27,5% do total das exportações nacionais (+4,3 p.p. relativamente a igual período em 2011). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+186,2%), Marrocos (+53,9%) e Estados Unidos da América (+50,5%).
- \* De janeiro a março de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 12,6% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (10,8 p.p.).
- \* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **fevereiro** de 2012, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo de 10,3% de janeiro a fevereiro de 2012, relativamente a igual período de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (13% e 3,3%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+9,4 p.p.).

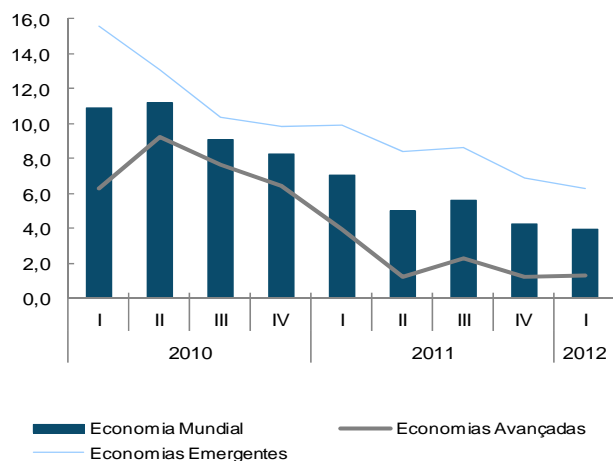


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial desacelerou ligeiramente no 1.º trimestre de 2012 para 4% em termos homólogos (4,2% no 4.º trimestre de 2011), devido ao abrandamento das economias emergentes e em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou causada pela recuperação significativa da produção industrial do Japão no mês de março.

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



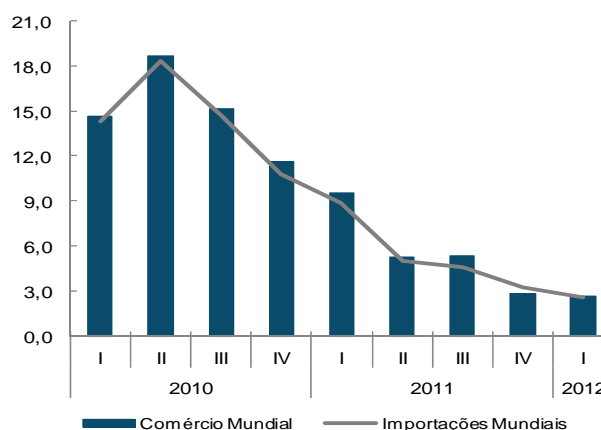
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou devido ao menor crescimento das importações mundiais, tendência que se acentuou em março.

De facto, no 1.º trimestre de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,7% (2,8% no 4.º trimestre de 2011);
- as importações mundiais abrandaram para 2,6% (3,3% no 4.º trimestre de 2011); enquanto as exportações mundiais aumentaram 2,7% (2,4% no 4.º trimestre de 2011).

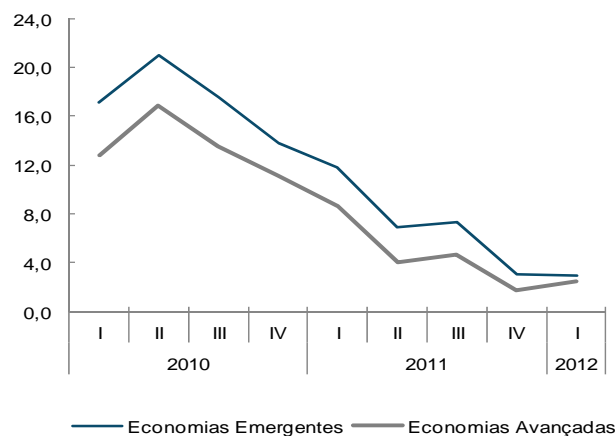
**Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

O abrandamento das importações mundiais deu-se unicamente nas economias emergentes, nomeadamente para os países asiáticos; dado que nas economias avançadas assistiu-se a uma melhoria, em resultado do reforço do crescimento do Japão. Já em relação às exportações mundiais, estas aceleraram para as economias avançadas, devido ao reforço do crescimento na área do euro e à melhoria registada no Japão; enquanto continuaram a abrandar para as economias emergentes.

**Figura 1.3. Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

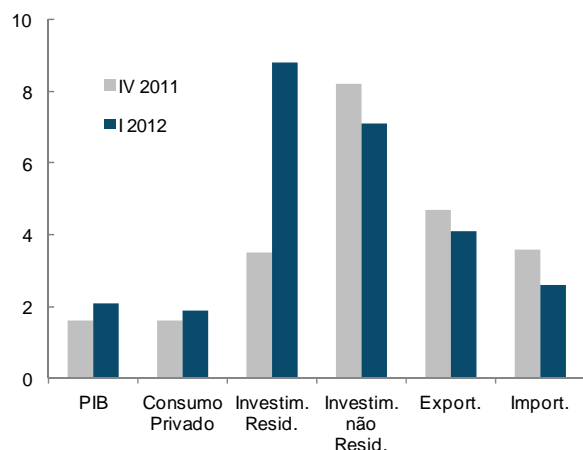
**Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,5	7,1	5,0	5,6	4,2	4,0	4,0	3,5	3,8	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	3,9	1,2	2,3	1,2	1,3	0,5	0,6	0,4	2,7
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	9,9	8,4	8,6	6,9	6,3	7,0	6,0	6,8	6,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,7	9,5	5,3	5,3	2,8	2,7	2,2	2,9	3,2	2,0
Importações Mundiais	VH	CPB	5,4	8,8	5,0	4,6	3,3	2,6	2,5	2,6	3,3	1,9
Economias Avançadas	VH	CPB	3,3	7,6	2,8	2,3	0,7	0,9	0,3	0,5	1,4	0,9
Economias Emergentes	VH	CPB	7,7	10,1	7,6	7,2	6,0	4,4	4,7	4,9	5,4	2,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	10,2	5,5	6,0	2,4	2,7	1,9	3,1	3,0	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	4,7	8,6	4,0	4,7	1,8	2,5	1,7	2,6	2,7	2,1
Economias Emergentes	VH	CPB	7,2	11,8	6,9	7,4	3,0	2,9	2,1	3,6	3,3	1,9

### Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 2,1% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2012 sobretudo em resultado do forte crescimento do investimento privado no segmento residencial (8,8%), o qual atingiu o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 2004. O consumo privado também melhorou associado à evolução positiva do mercado de trabalho. Apesar das exportações terem abrandado para 4,1% em termos homólogos, o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB aumentou para 0,1 p.p. (valor nulo no trimestre precedente).

**Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)**

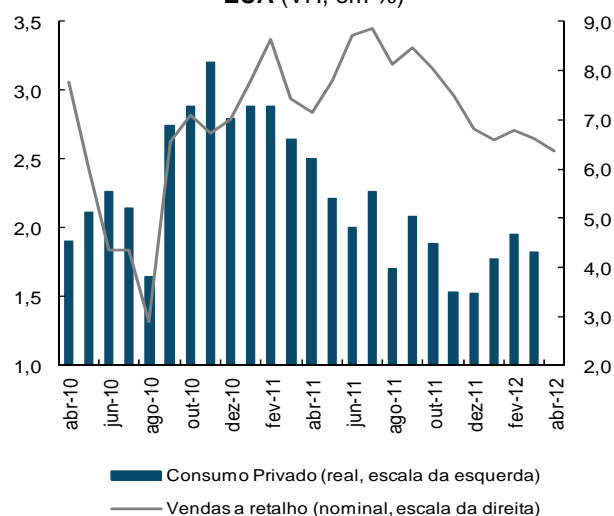


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do 2.º trimestre de 2012 indicam a continuação de uma expansão económica moderada nos EUA, com destaque para uma evolução favorável dos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria. Assim, em abril de 2012 e, em termos homólogos:

- a produção industrial aumentou 5,1% (3,5% em março);
- as vendas a retalho aumentaram 6,4% em termos nominais (6,6% em março);
- a taxa de desemprego desceu para 8,1% e a taxa de inflação diminuiu para 2,3% (2,7% em março).

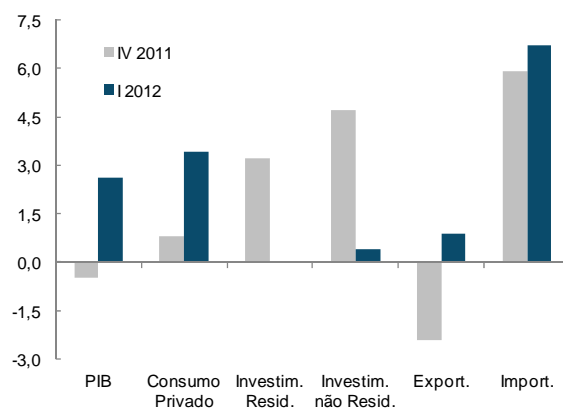
**Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 1.º trimestre de 2012, o crescimento do PIB do **Japão** aumentou para 2,6% em termos homólogos reais, invertendo a tendência negativa registada desde o 1.º trimestre de 2011. Para a recuperação da atividade económica do Japão contribuiu sobretudo o forte crescimento da procura interna associada a um aumento do investimento público (quase 12%) e do consumo privado (3,4%).

**Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

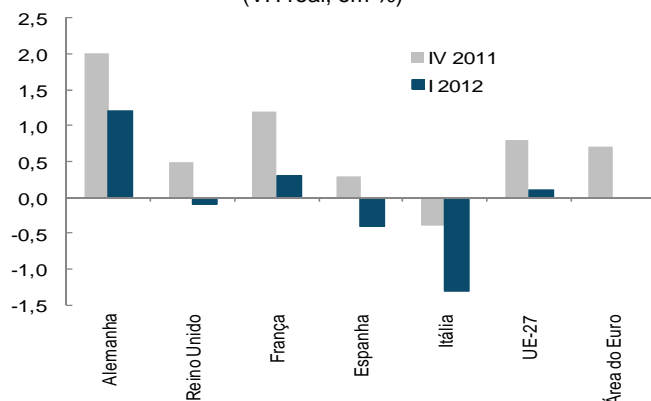
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
EUA – PIB real	VH	BEA	1,7	2,2	1,6	1,5	1,6	2,1	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	5,4	3,8	3,7	3,9	4,1	4,0	4,8	3,5	5,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	59,8	56,6	52,1	52,4	53,3	54,1	52,4	53,4	54,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	62,1	55,0	56,8	55,1	60,3	59,5	62,6	58,9	54,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	73,1	71,9	59,6	65,0	75,5	75,0	75,3	76,2	76,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,0	9,0	9,1	8,7	8,3	8,3	8,3	8,2	8,1
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,7	9,5	9,1	8,9	8,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	25,3	22,4	20,7	14,4	8,9	-0,5	18,4	8,9	7,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	-0,1	-1,7	-0,5	-0,5	2,6	-	-	-	-

## Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2012, tanto o PIB da União Europeia (UE) como o da área do euro (AE) registaram uma variação em cadeia nula (-0,3% no trimestre precedente), tendo desacelerado para 0,1% e para uma variação também nula em termos homólogos reais, respetivamente (0,8% e 0,7%, no 4.º trimestre de 2011). De entre as principais economias, destaca-se, em termos homólogos, o abrandamento registado na Alemanha e em França e uma quebra em Itália, Espanha e Reino Unido.

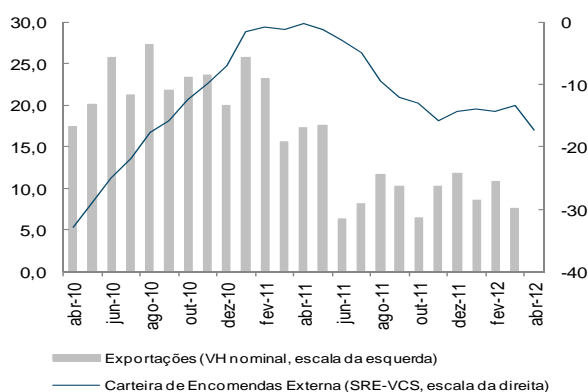
**Figura 1.7. PIB da União Europeia**  
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 1.º trimestre de 2012 indicam uma quebra da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações mantiveram um crescimento robusto, embora menos elevado do que no trimestre anterior.

**Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

**Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE**

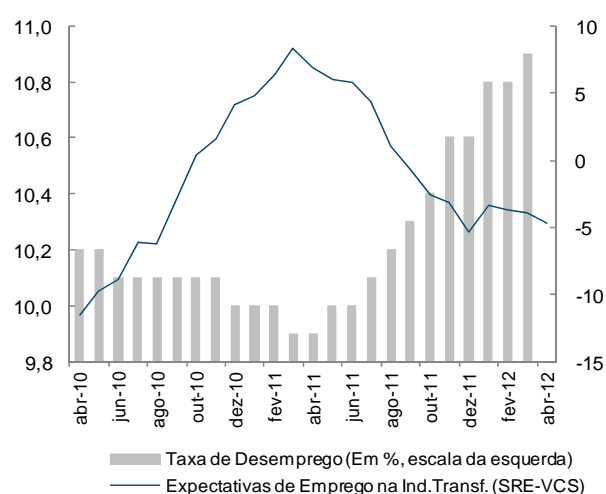
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,4	1,6	1,4	0,8	0,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	106,4	104,6	97,5	92,6	93,3	92,8	94,0	93,2	93,2
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,4	1,6	1,3	0,7	0,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	106,9	105,2	98,4	93,6	94,1	93,4	94,5	94,5	92,8
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	6,8	3,8	3,8	-0,1	-1,6	-1,4	-1,5	-2,0	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,6	0,2	-0,5	-0,7	-1,4	-1,2	-1,3	-1,9	-0,5	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,0	10,0	10,2	10,5	10,8	10,8	10,8	10,9	:
IHPC	VH	"	2,7	2,5	2,8	2,7	2,9	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6

Em abril de 2012, o indicador de sentimento económico estabilizou na UE e diminuiu na AE, em resultado da descida da generalidade dos indicadores de confiança, tendo, porém, sido mais acentuada para os empresários dos serviços e da indústria (destacando-se a descida significativa das encomendas externas).

No 1.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na AE como na UE, para 10,8% e 10,2%, respetivamente (10,5% e 10%, no 4.º trimestre de 2011).

Em abril de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores (indústria transformadora, serviços, construção e comércio a retalho).

**Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



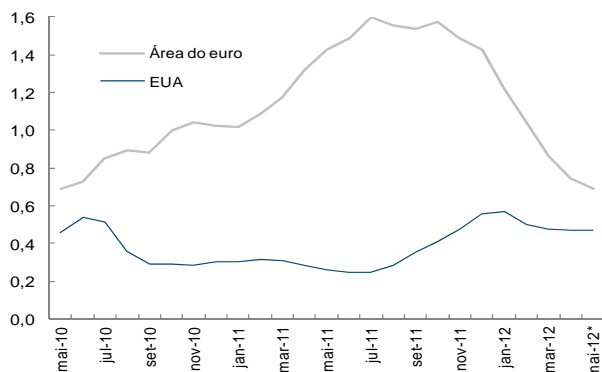
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2012, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 2,6% em termos homólogos e para 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,8% em fevereiro e março). Esta evolução, extensível à generalidade dos produtos, resultou sobretudo da desaceleração dos preços dos bens energéticos, cuja variação se situou em 8,1% em termos homólogos (8,5% em março de 2012).

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em maio de 2012 e até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir de forma significativa na área do euro; enquanto estabilizaram nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,69% (0,75%, em abril) e a dos EUA manteve-se em 0,47%.

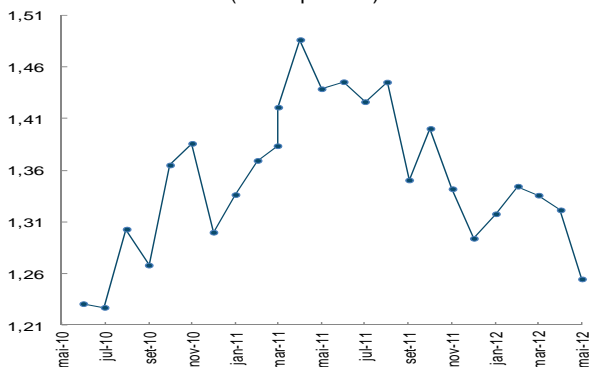
**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)**



Fonte: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 25.

Em abril de 2012, a evolução das taxas de juro de longo prazo na área do euro, refletiu, o aumento das preocupações relacionadas com as perspetivas económicas e o acréscimo de tensões financeiras e políticas em torno de certos países da área do euro. Com efeito, neste período, assistiu-se a um acréscimo do diferencial de rentabilidade das taxas de juro de longo prazo de Itália, Espanha e França face à Alemanha.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**



Fonte: Banco de Portugal. Para maio, o valor é do dia 25

### Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

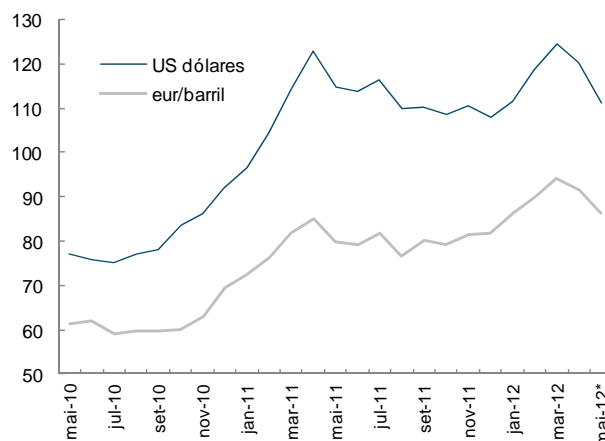
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011					2012	2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,23	1,55	1,55	1,36	0,78	1,13	0,98	0,78	0,71	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	3,46	3,21	2,43	2,05	2,04	1,97	1,97	2,17	2,05	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,32	4,51	4,30	4,53	4,39	4,65	4,45	4,06	4,24	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,421	1,445	1,350	1,294	1,336	1,32	1,34	1,34	1,32	
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	6,4	0,8	-12,1	12,0	8,1	3,4	2,5	2,0	0,0	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	4,2	-2,1	-23,5	6,3	6,9	4,3	3,9	-1,4	-6,9	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	105,15	117,04	112,18	108,94	118,21	111,52	118,74	124,38	120,26	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	36,2	47,2	45,9	24,9	12,4	15,4	13,9	8,6	-2,0	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	37,7	30,2	33,4	25,8	17,3	19,42	17,56	15,16	7,60	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	74,1	82,9	78,2	81,2	88,4	83,0	88,8	93,5	93,9	

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

Em maio, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se significativamente, situando-se em 1,25 no dia 25, tendo atingido o valor mais baixo desde o início de julho de 2010 (1,32 no final do mês de abril). Para esta evolução, tem contribuído, a indefinição da situação política da Grécia, o agravamento da crise do setor bancário em Espanha e a persistência de um clima de forte incerteza provocado pela continuação de tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana.

Em abril de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 93,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em maio de 2012, e até dia 25, o preço do petróleo Brent diminuiu para se situar, em média, em 111 USD/bbl (86 €/bbl), devido, em parte, às preocupações acerca das perspetivas económicas mundiais.

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 25.

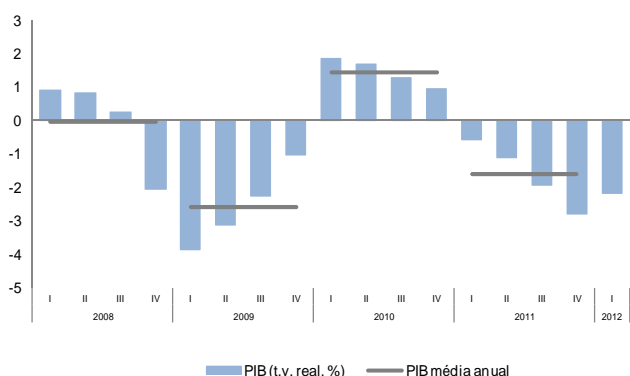
Em abril de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas tornou a desacelerar, tendo diminuído 14,7% em termos homólogos (-12,3% em março), abrangendo a globalidade dos produtos, tendo esta descida sido mais pronunciada para o caso dos metais.

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2012 aponta para uma variação homóloga de -2,2% do PIB (-2,9% no 4.º trimestre de 2011), movimento sustentado por um contributo menos negativo da procura interna. A procura externa líquida continua a apresentar um contributo positivo, embora mais reduzido que no trimestre anterior, devido a uma quebra menos acentuada nas importações.

Figura 2.1. PIB

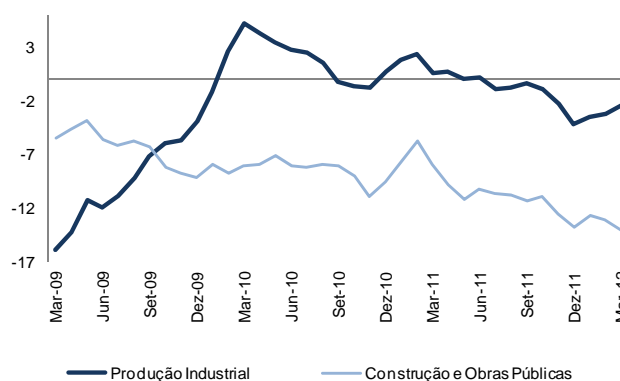


Fonte: INE.

No 1.º trimestre de 2012 os dados quantitativos mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 2,4%, enquanto o índice de volume de negócios cresceu 0,8% (-4,2% e 0,2% respetivamente no trimestre anterior);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -14%, -0,3 p.p. face ao valor observado no 4.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -9,1%, que representa uma subida de 2,7 p.p. face ao valor observado no 4.º trimestre (-11,8%);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou em março uma variação homóloga de -4,9%, 3,3 p.p. acima do valor observado no último trimestre.

Figura 2.2. Índice de Produção (Quantitativos)

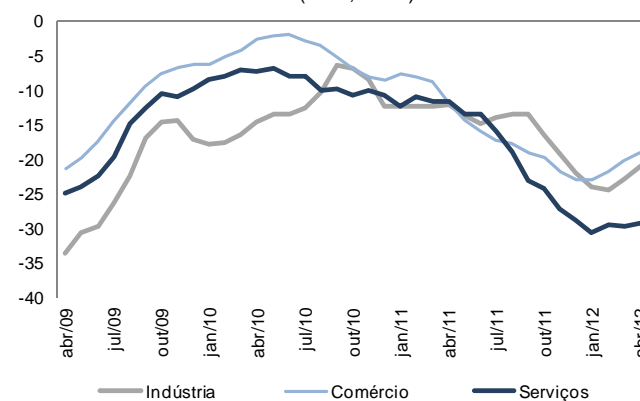


Fonte: INE.

Em abril os indicadores de confiança da indústria transformadora, do comércio e dos serviços aumentaram, enquanto o indicador de construção e obras públicas voltou a diminuir registando um novo mínimo da série.

O indicador de clima económico continuou a sua ligeira recuperação, sendo já abril o segundo mês que apresenta valores superiores ao mínimo registado em fevereiro e invertendo assim a tendência negativa iniciada em finais de 2010.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

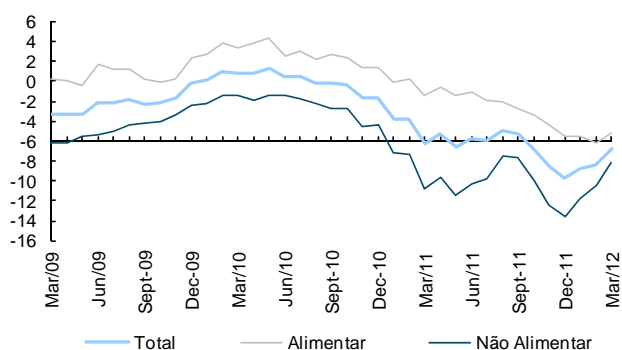
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012	2012			
				2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-1,1	-2,0	-2,9	-2,2 *	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-2,5	-3,1	-4,4	-4,8	-4,7	-4,9	-4,8	-4,7
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-14,8	-13,5	-22,0	-22,9	-24,8	-22,7	-21,2	-19,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,7	-15,9	-19,0	-23,0	-20,3	-21,9	-20,8	-18,3	-18,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-13,5	-23,0	-28,9	-29,7	-29,9	-29,0	-30,1	-28,6
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-54,4	-59,6	-65,1	-69,0	-68,2	-69,4	-69,3	-69,9
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,5	0,2	-0,4	-4,2	-2,4	-1,1	-2,9	-3,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	7,4	8,1	4,7	0,2	0,8	2,2	1,8	-1,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-5,2	-5,9	-11,8	-9,1	-7,4	-7,7	-12,3	:

### Consumo Privado

No 1.º trimestre de 2012 o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR), apresentou uma quebra homóloga de 6,7%, uma melhoria de 3 p.p. face ao trimestre anterior. Para esta evolução contribuíram fundamentalmente os bens não alimentares, com uma variação negativa de 8,1% (5.5 p.p. superior ao valor verificado no trimestre anterior), e de uma forma menos pronunciada os bens alimentares com uma diminuição de 5,2% (0,3 p.p. maior que o valor que o trimestre precedente).

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**

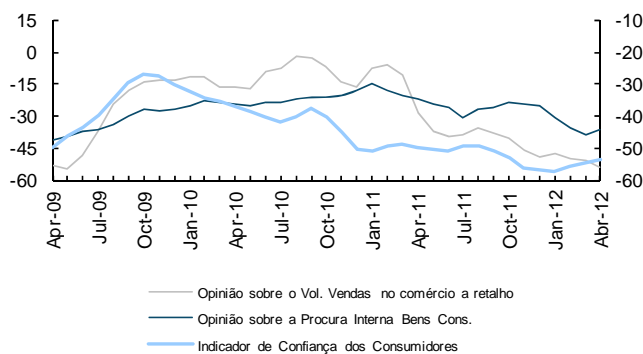


Fonte: INE.

No mês de abril registou-se uma ligeira deterioração da confiança dos empresários sobre o comércio a retalho. Quanto ao comportamento da procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria (medido também pela média móvel dos últimos três meses), verificou-se uma melhoria do sentimento dos empresários sobre este indicador face ao que se tinha observado em março.

Por outro lado, o indicador de confiança dos consumidores, medido pela média móvel dos últimos três meses, evidenciou em abril novamente uma ligeira melhoria. Note-se que este indicador tem vindo a ter uma trajetória positiva desde o início de 2012, invertendo a tendência negativa que se verificou no final de 2011.

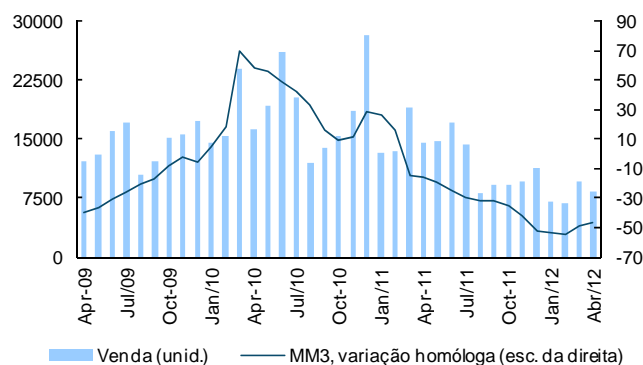
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

No mês de Abril, as vendas de veículos automóveis totalizaram os 8 400 veículos, menos 1 243 unidades vendidas que o mês anterior (variação em cadeia de 12,9%). Em termos homólogos, as vendas de veículos registaram uma quebra de 41,7% (uma melhoria de 7,3 p.p. face ao mês anterior). O volume de vendas no setor automóvel continua assim bastante abaixo ao verificado em 2011.

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

### Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-3,9	-2,3	-3,3	-3,4	-6,5	:	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-48	-51	-51	-57	-54	-57	-54	-53	-53
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-11	-39	-38	-49	-51	-41	-55	-57	-51
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-6,3	-5,8	-5,3	-9,7	-6,7	-6,9	-8,3	-4,8	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,4	-1,0	-2,8	-5,5	-5,2	-4,9	-7,4	-3,2	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,7	-10,3	-7,6	-13,7	-8,1	-8,7	-9,0	-6,4	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-15,2	-24,7	-31,5	-51,7	-48,4	-47,4	-48,4	-49,1	-41,7
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	2,6	-2,7	-0,8	-6,5	-6,4	-1,8	-5,1	-11,3	-

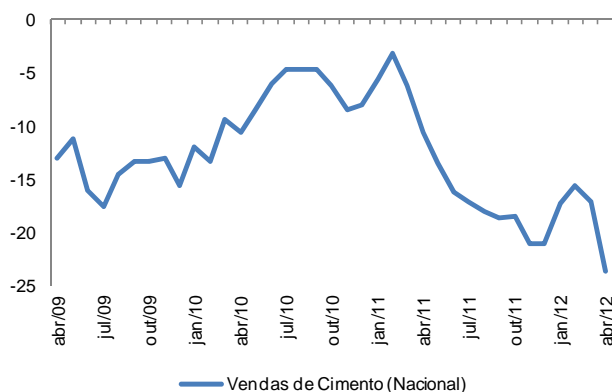
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

## Investimento

Os dados disponíveis para o trimestre terminado em abril de 2012 mostram que:

- as vendas de cimento desceram 23,6% (-6,5 p.p. comparando com os valores verificados no primeiro trimestre);

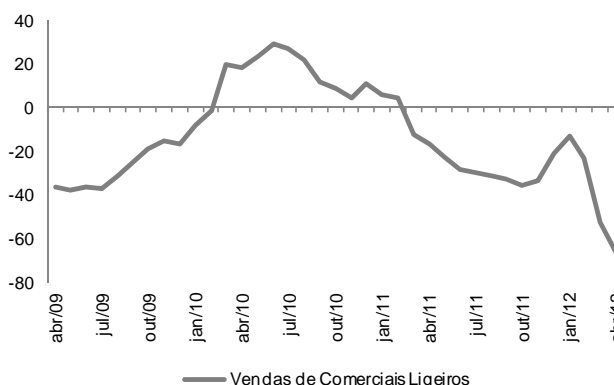
**Figura 2.7. Vendas de Cimento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 66,3% (-13,7 p.p. respetivamente comparando com o primeiro trimestre);
- o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso agravou-se ligeiramente.

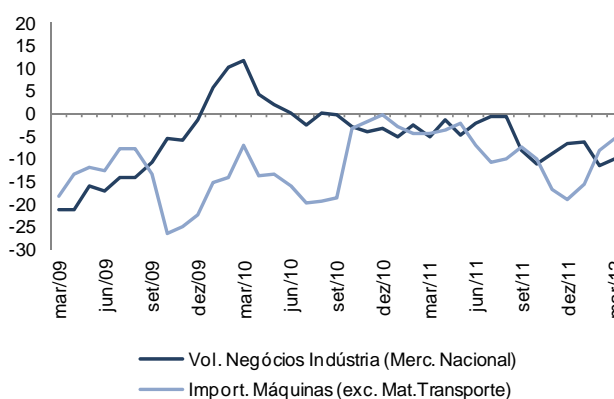
**Figura 2.8. Vendas Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No primeiro trimestre, em termos homólogos, as licenças de construção de fogos desceram 30% (a mesma variação registada no trimestre anterior). O índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 3,3 p.p.. As importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram 5,7% (+13.2 p.p. face ao trimestre anterior).

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

## Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

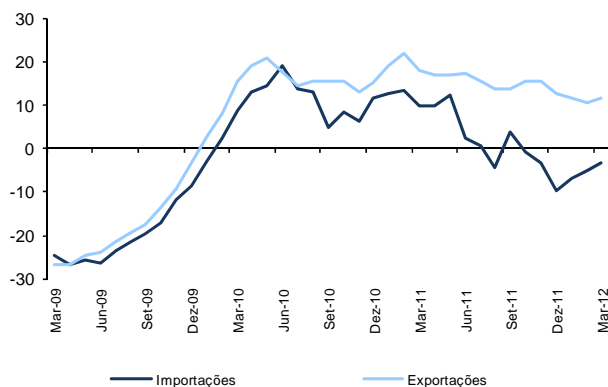
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012	2012			
				2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-14,0	-12,3	-13,6	-24,3	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,4	-10,5	-12,1	-16,1	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-10,4	-12,2	-14,6	-14,1	-13,4	-13,2	-14,1	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-16,3	-18,6	-21,1	-17,1	-8,2	-19,4	-22,5	-29,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-28,1	-32,7	-20,9	-52,5	-14,0	-69,5	-66,0	-63,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-0,5	-41,0	-48,4	-44,6	-30,8	-61,7	-48,3	-69,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-43,6	-45,9	-56,6	-47,2	-49,0	-47,9	-44,8	-47,1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-30,8	-38,5	-30,3	-30,0	-30,0	-22,6	-34,1	-34,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-7,1	-7,3	-18,9	-5,7	-7,7	4,4	-12,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6,0	-2,2	-8,1	-6,7	-10,0	-8,1	-15,5	-6,5	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

Os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE para o 1.º trimestre revelam que as exportações cresceram 11,6% (-1,0 p.p. face ao trimestre anterior) e as importações diminuíram 3,3% (-9,7% no 4.º trimestre de 2011).

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

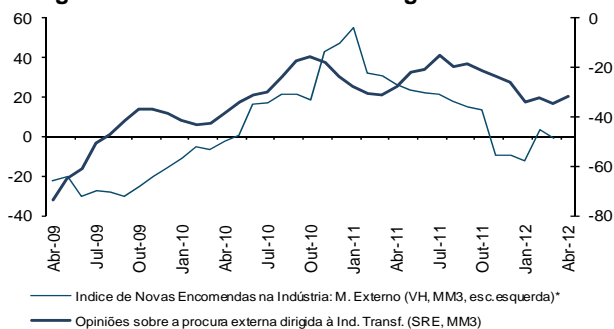
Face ao trimestre anterior, a componente intracomunitária das importações desceu 4,7 p.p. (-9,0% face a -13,7% no 4.º trimestre de 2011), sendo que do lado extracomunitário subiu 10,4 p.p. (14,4% face a 4,0%). Do lado das exportações, a componente intracomunitária subiu 5,4%, um valor historicamente baixo, mantendo a tendência negativa que se verificou em 2011, enquanto a extracomunitária cresceu 32,3%, mais 6,1 p.p. do que no 4.º trimestre.

No 1.º trimestre de 2012, as novas encomendas à indústria provenientes do mercado externo registaram, em termos médios homólogos, uma variação negativa, tendo no entanto aumentado face ao trimestre anterior (-1,1% contra -9,4%).

No mês de março registou-se uma quebra de 9,9% nas importações e um crescimento de 8,3% nas exportações em termos homólogos.

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa aumentaram em abril.

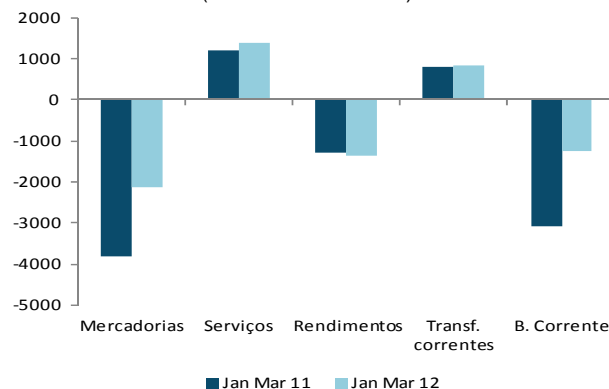
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Até março de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 264 milhões de euros, o que representa uma redução de 1 810 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos (a exceção é a balança de rendimentos que agravou o seu défice em 69 milhões de euros), com destaque para a diminuição de 1 683 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, e um aumento de 182 milhões de euros no excedente da balança de serviços.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 2 312 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011				2012	2011			2012		
					1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar		
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,4	8,4	8,8	6,7	5,8	:	:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,5	-1,1	-4,3	-2,7	-13,5	:	:	:	:	:	:	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	5,6	4,9	3,7	1,2	:	:	:	:	:	:	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,1	-7,2	-7,9	-5,4	0,2	:	:	:	:	:	:	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,3	17,9	17,3	13,7	12,6	11,6	4,8	13,6	13,5	8,3		
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	12	9,7	2,4	3,9	-9,7	-3,3	-15,1	3,2	-1,8	-9,9		

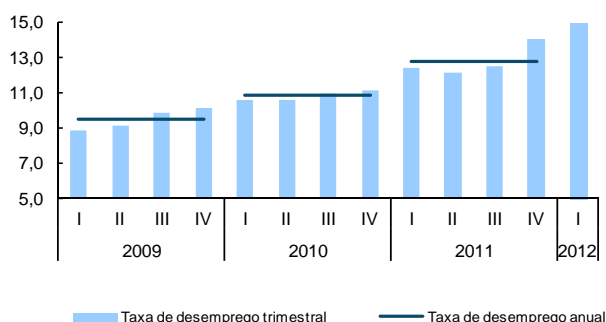
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Mar	Jan Mar 11	Mar	Jan Mar 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-15 008	-19 086	-1049	-2 855	-33	-543	2 312
Saldo Balança de Bens	"	"	-19 206	-22 985	-1495	-3 801	-655	-2 118	1683
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 533	6 602	448	1206	502	1388	182
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 035	-7 817	-437	-1288	-391	-1357	-69
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 603	2 464	338	809	187	822	13

\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

## Mercado de Trabalho

No 1.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego foi de 14,9%, um aumento de 0,9 p.p. face ao 4.º trimestre de 2011.

**Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)**

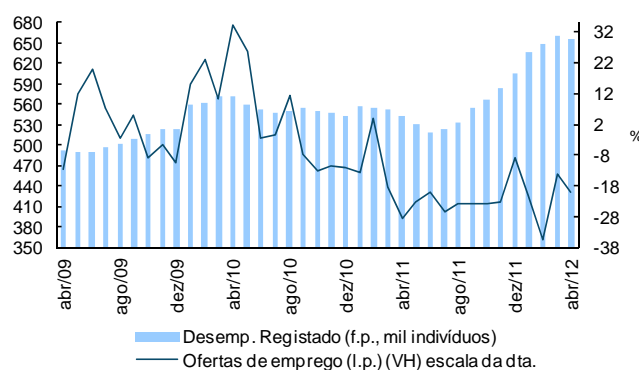


Fonte: INE.

O emprego total no 1º trimestre de 2012, registou uma quebra, em termos homólogos, de 4,2%, menos 0,1 p.p. que o trimestre anterior, mantendo-se a dinâmica de destruição de emprego que se acentuou no último trimestre de 2011.

De acordo com o IEFP no final de abril a existiam 655 mil desempregados inscritos nos centros de emprego, uma diminuição de 5,5 mil desempregados em relação a março (o que significa uma variação em cadeia de -0,83%).

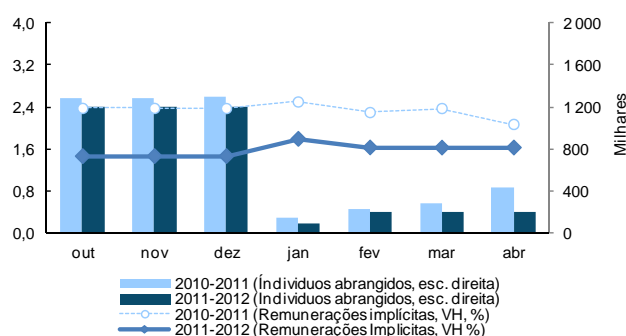
**Figura 2.14. Desemprego e Ofertas de Emprego (Nº, VH)**



Fonte: IEFP.

No mês de abril as ofertas de emprego, registaram uma redução homóloga de 20%, 5,7 p.p. inferior ao mesmo período do ano anterior. Por sua vez, as colocações de emprego, sofreram igualmente uma queda de 14,2% face ao período homólogo. Pode-se assim dizer que segundo IEFP, o mês de abril fica marcado pela queda em simultâneo do número de desempregados registados e ofertas de emprego.

**Figura 2.15. Contratação Coletiva**



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) em abril ascendeu aos 203 mil trabalhadores, menos 237 mil trabalhadores do que abril do ano anterior. Relativamente à remuneração implícita acordada por IRCT, registou-se uma variação homóloga anual de 1,6%, igual ao mês precedente.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

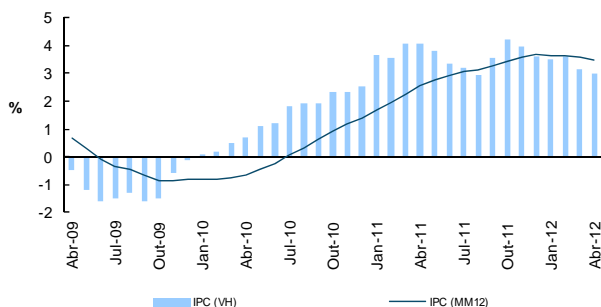
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012	2012			
				1T	2T	3T	4T		1T	Jan	Fev	Mar
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	14,9	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-4,2	-	-	-	-
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	19,8	14,4	16,6	19,8	21,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	19,8	19,9	19,6	19,9	15,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,6	-21,0	-35,4	-14,3	-20,0
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,6	1,8	1,6	1,6	1,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,9	-0,8	0,8	-1,7	1,5	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,1	2,7	2,8	:	-	-	-	-

\*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

## Preços

Em abril de 2012 registou-se novamente uma ligeira desaceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), verificando-se uma variação homóloga de 3%, 0,1 p.p. inferior ao mês anterior. Em termos de variação média dos últimos 12 meses o IPC atingiu 3,5% neste mês, 0,1 p.p. abaixo do valor verificado no mês de março.

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

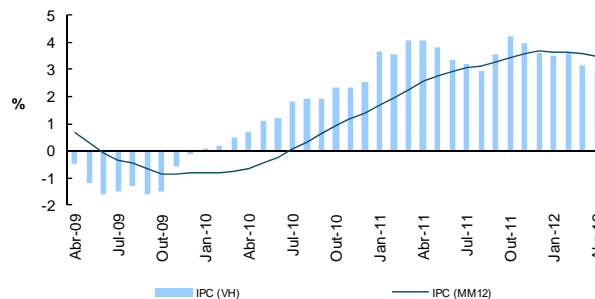
As categorias que mais contribuíram para o aumento do IPC foram as classes da habitação, água e eletricidade, das bebidas alcoólicas e do tabaco, que apresentaram taxas de variação homólogas de 9,9% e 4,8% respetivamente. Por seu lado, a classe do vestuário registou uma variação homóloga de -5,9%.

Os preços dos bens e dos serviços apresentaram crescimentos homólogos de 3% e 3,1%, respetivamente.

No mês de abril a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 1,7%, menos 0,2 p.p. que o mês anterior. O diferencial face ao IPC total manteve-se assim nos 1,3 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial continuou este mês a sua tendência de desaceleração que já vem de meados de 2011, registando uma variação de 3,6%, 0,1 p.p. inferior ao mês passado.

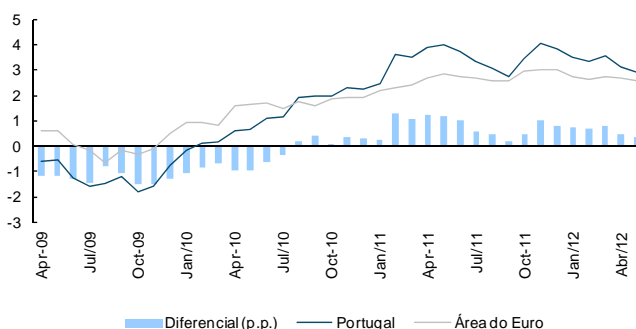
**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fonte: INE.

Os bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 1,6% e 10%, respetivamente, foram os agrupamentos industriais onde se verificaram os aumentos mais significativos. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 6,7%; e de 10,9% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

**Figura 2.18. IHPC Portugal e Área do Euro**



Fonte: INE.

Em abril a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,9%, menos 0,5 p.p. que o mês de março. Enquanto a variação homóloga do IHPC da zona euro foi de 2,6% (reduziu-se em 0,1% p.p. face ao mês anterior). Esta evolução traduziu-se num diferencial de 0,3 p.p. do IHPC entre Portugal e a zona euro.

**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011					2012			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,4	0,8	1,1	-0,1	0,0	0,5	0,1	1,2	0,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	2,9	3,6	4,2	3,9	3,6	3,5	3,6	3,1	3,0
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,1	3,3	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7	3,6	1,7
IPC - Bens	VH	"	4,3	3,1	4,2	5,4	5,0	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,6	2,5	2,4	2,2	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,3	1,8	2,5	3,0	2,1	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	5,5	5,5	5,5	5,2	4,4	4,6	4,2	3,7	3,6
IHPC	"	"	3,5	2,8	3,5	4,0	3,8	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,2	0,5	1,0	0,8	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3

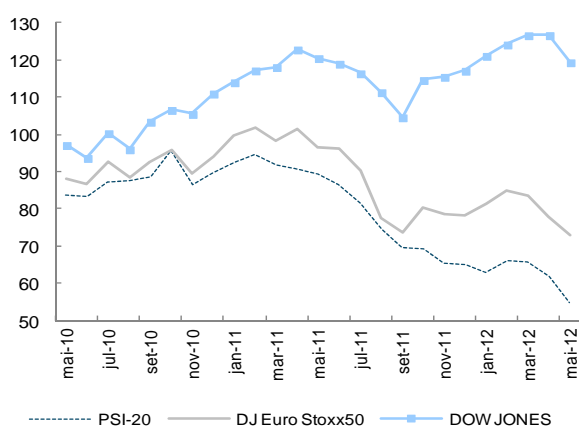
\* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No decurso do mês de maio de 2012, assistiu-se a uma diminuição significativa dos índices bolsistas internacionais, com destaque, no caso da área do euro, para uma desvalorização mais acentuada dos títulos do setor financeiro. Esta evolução traduziu uma deterioração das perspetivas económicas de curto prazo e um novo aumento da incerteza económica e financeira à escala mundial.

Assim, no dia 25 de maio de 2012, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 6,3% e 5,7%, respetivamente, face ao final do mês de abril.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(dezembro 2009=100, fim do período)

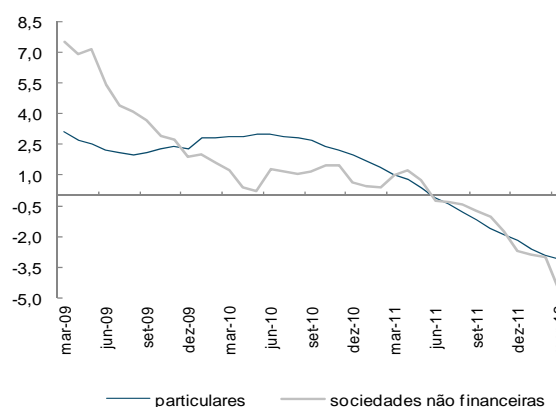


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para maio, o valor é do dia 25.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também apresentou, em maio, uma evolução desfavorável. Com efeito, até ao dia 25, o índice PSI-20 diminuiu 5,1% face ao final do mês de abril.

Em março de 2012, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -3,7% (-2,9% em fevereiro), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, tendo, porém, sido mais acentuada para o primeiro caso.

**Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado**  
(va, em %)

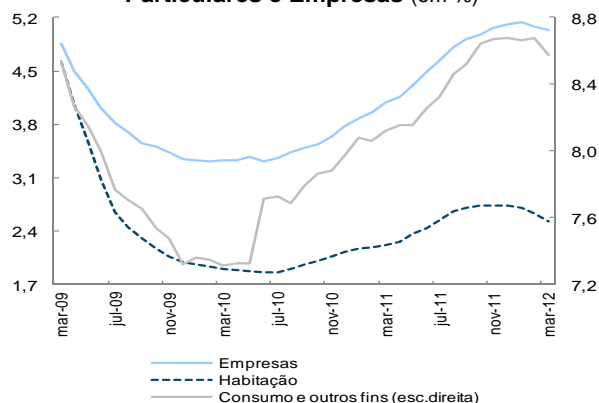


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação e para outros fins prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo ambos apresentado, em março de 2012, uma taxa de variação negativa mais acentuada. Já em relação ao crédito destinado ao consumo, a variação manteve-se igual à do mês precedente (-7,4%).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em março de 2012.

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

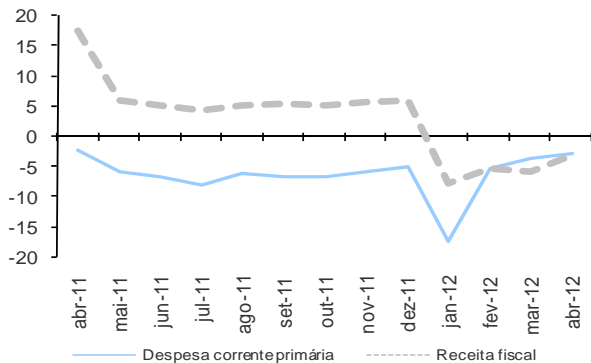
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011					2012			
				ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	10,2	10,8	11,5	13,5	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	795	895	952	1120	1111	1251	1154	955	872
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-8,3	-6,8	-0,4	-5,7	-0,8	-3,1	4,8	-0,5	-5,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-0,3	-0,7	-1,0	-1,3	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-3,7	-4,2	-4,5	-5,7	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-0,4	-0,7	-1,0	-1,7	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,73	2,66	2,71	2,74	2,74	2,73	2,71	2,63	2,53	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	5,12	4,82	4,92	4,97	5,06	5,12	5,14	5,08	5,04	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até abril, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 3058,8 milhões de euros, o que representa um agravamento de 605,6 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 1775,2 milhões de euros, mais 134,7 milhões de euros do que o registado no ano anterior.

**Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 3,0%, justificada pelo decréscimo de todos os impostos com exceção do IRS e do IUC, que cresceram 9,6% e 16,1%, respetivamente. Os impostos com maior impacto negativo na receita fiscal foram o IVA (-3,5%, devido ao aumento acentuado dos reembolsos e ao fato de ainda não refletir integralmente os efeitos das alterações de taxas do OE para 2012), o Imposto sobre veículos (-48%), o IRC (-15,6%, justificado em parte pelo efeito base da antecipação da distribuição de dividendos em dezembro de 2010), o Imposto sobre o tabaco (-17,7%), o Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-7,8%). A receita não fiscal registou um crescimento de 5,4%, refletindo, essencialmente, o comportamento das transferências, das participações para a ADSE e dos prémios e taxas por garantias de riscos; e
- um crescimento da despesa total em 2,6%, enquanto a despesa primária diminuiu 0,9%. No aumento da despesa é de referir, essencialmente, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida, justificado pelo pagamento do primeiro cupão da OT 6,4% fev 2016, emitida em 2011, e pelos encargos com juros de BT, das transferências de capital, devido à realização da transferência para a RTP com objetivo de amortizar passivos financeiros, das transferências correntes para a Segurança Social, para financiar as responsabilidades do regime substitutivo dos bancários, e das transferências correntes para a UE, explicado pela revisão do montante pago no âmbito dos recursos próprios. Em sentido contrário, salienta-se a dimi-

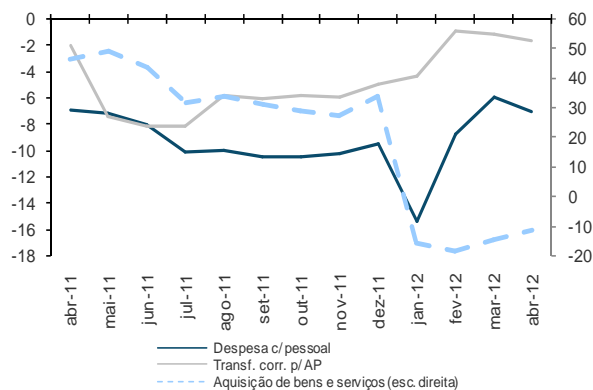
### Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a abr		jan a abr		jan	fev	mar	abr
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)					
Receita Total	11352	11103	28,5	26,0	-6,1	-4,3	-4,4	-2,2
Receita corrente	11138	10887	29,0	28,1	-4,8	-3,7	-4,5	-2,3
Impostos diretos	3688	3811	25,2	26,4	-18,8	-9,0	-5,4	-3,3
Impostos indiretos	6511	6077	32,9	29,4	0,5	-3,4	-6,1	-6,7
Despesa Total	13805	14162	27,5	29,3	-12,7	3,5	3,5	2,6
Despesa corrente primária	12199	11862	30,3	31,0	-17,2	-5,2	-3,8	-2,8
Despesa corrente	13012	13145	27,9	28,8	-16,2	-1,0	0,8	1,0
Despesa com pessoal	2984	2773	28,6	31,5	-15,4	-8,8	-5,9	-7,1
Aquisição bens e serviços	433	383	20,8	20,3	-15,7	-18,4	-14,6	-11,6
Subsídios	78	17	12,6	5,7	-99,7	-98,5	-99,1	-77,6
Juros	813	1284	12,8	17,5	18,5	175,3	221,5	57,9
Transferências corr. p/ AP	7533	7409	32,0	30,8	-4,3	-0,9	-1,2	-1,7
Saldo Global	-2453	-3059	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1641	-1775	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

nuição das despesas com pessoal (-7,1%), das transferências correntes para as Administrações Públicas, devido principalmente à redução das transferências para o Serviço Nacional de Saúde, para a Administração Local e para o Ensino Superior, em consequência da integração na Administração Central de algumas instituições de ensino superior. Na evolução das despesas é ainda de salientar a redução dos subsídios (-77,6%), da aquisição de bens e serviços correntes (-11,6%) e das transferências de capital para a Administração Regional (-19,6%).

**Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes** (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de abril, a dívida direta do Estado situava-se em 185,8 mil milhões de euros, aumentado 5692,2 milhões de euros face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, às emissões no âmbito do Programa de Ajustamento Económico no valor nominal de 7011,2 milhões de euros (dos quais 1800 milhões de euros referentes ao MEEF e 5211,2 milhões de euros ao FMI). O aumento do saldo foi parcialmente compensado pela redução do saldo de BT, pela amortização antecipada parcial da OT5% jun 2012 e pela amortização líquida dos Certificados de Aforro.

As variações cambiais no mês contribuíram para um aumento do saldo da dívida em 186,8 milhões de euros.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida**  
(milhões de euros)

	30-mar-12	abr-12			30-abr-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	121 749	2 169	3 501	30	120 447
Bilhetes do Tesouro	14 195	2 169	2 808	0	13 557
Obrigações do Tesouro	103 059	0	609	1	102 451
Não Transacionável	18 515	3 507	3 682	0	18 340
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 051	48	259	0	11 840
CEDIC e CEDIM	4 484	2 866	2 831	0	4 520
Prog. de Assist. Financeira	39 812	6 995	0	175	46 982
Total	180 076	12 671	7 183	204	185 769

Fonte: IGCP.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas) foi de 1043,0 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 48,3 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 1,9%, que é explicada, principalmente, pelo decréscimo das transferências do OE (-3,3%) e pelo efeito de base, em 2011, relativo à incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA. Esta evolução é parcialmente compensada pela receita da atribuição dos direitos de utilização de frequência da 4.ª geração móvel, pelas outras receitas correntes, em consequência dos juros recebidos de títulos da dívida pública portuguesa detidos pela CGA e da venda de BT pelo FRDP, e pelas transferências de capital da UE, destinadas ao reembolso de projetos no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão; e
- um decréscimo da despesa em 3,0%, explicada pela aquisição de bens e serviços, em consequência da diminuição dos valores pagos, pelo SNS, no âmbito dos contratos-programa com os hospitais EPE e da despesa em meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica. De igual modo, as outras transferências de capital também contribuíram para este resultado, devido à reclassificação, de capital para corrente, das transferências para apoio a eventos e atividades de promoção e animação do Instituto de Turismo de Portugal, e, ainda, à redução de apoios financeiros das Administrações Regionais de Saúde para as entidades promotoras do Programa Modelar da Rede Nacional de Cuidados Continuados e Integrados. Os subsídios reduziram-se 43,8%, justificado pelo efeito de base em 2011 relativo aos pagamentos do FEAGA, assim como da redução das participações referentes a medidas de emprego e formação profissional.

### Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a abr		jan a abr		mar	abr	jan a abr	
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 <sup>6</sup> euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	7 529	7 384	29,1	29,8	-1,4	-1,9	1050	29,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1094	1 111	26,4	32,	2,2	1,5	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	4 891	4 651	30,8	29,1	-3,3	-4,9	129	30,9
Despesa Total	6 534	6 341	25,6	26,7	-3,1	-3,0	1209	25,7
Despesa com pessoal	733	768	22,9	29,6	4,7	4,7	221	32,2
Aquisição de bens e serviços	2 488	2 285	29,2	24,3	-7,9	-8,1	190	23,9
Transferências correntes	2 905	2 943	26,4	30,7	1,7	1,3	5	21,8
Saldo Global	995	1043	-	-	-	-	- 159	-

Fonte: DGO.

<sup>1</sup>Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

<sup>2</sup>Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

### Empresas Públicas Reclassificadas

Até abril, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 159,2 milhões de euros, agravando-se 91,0 milhões de euros relativamente ao mês anterior. A execução é explicada, fundamentalmente pelo aumento dos encargos financeiros com empréstimos bancários, com despesa de investimento no âmbito de projetos de modernização de escolas e à requalificação e construção de estradas e pontes. Do lado da receita registou-se o acréscimo de receita do imposto sobre produtos petrolíferos recebida pela Estradas de Portugal.

### Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até abril, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um défice de 91,1 milhões de euros, o que representa um agravamento de 74,9 milhões de euros face ao valor homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 8,7%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado, no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 6,0%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e os meios complementares de diagnóstico e terapêutica, compensado parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos em resultado de pagamentos de no âmbito de PPP – Hospital de Loures, Braga e Vila Franca de Xira), das outras despesas e das despesas com pessoal.

### Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011		2012	
	jan a abr		jan a abr	
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	2 770	2 529	-0,8	-8,7
Transferências do Orçamento do Estado	2699	2444	-0,7	-9,4
Prestação de serviços	29	39	6,2	36,3
Outras receitas	42	46	-11,9	7,3
Despesa Total	2 787	2 620	-5,5	-6,0
Despesa com pessoal	288	272	-11,5	-5,7
Subcontratos	2 349	2 227	-5,8	-5,2
Outras despesas	149	122	15,1	-18,5
Saldo Global	- 16	- 91	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

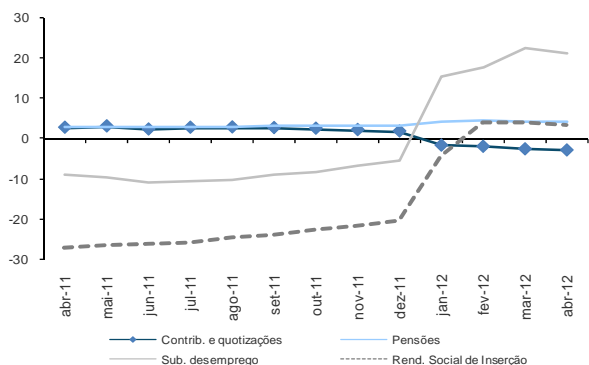
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até abril, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 275,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 451,1 milhões de euros face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

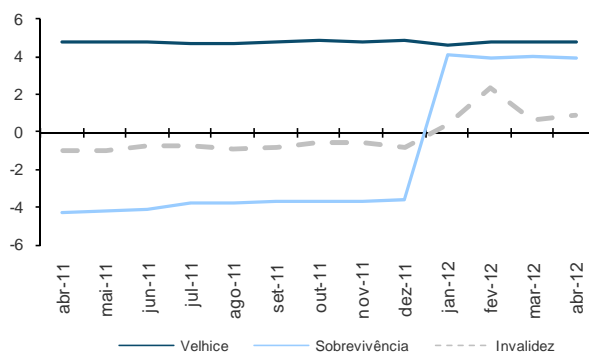
- um crescimento da receita em 0,9% em resultado da transferência da Administração Central para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, das transferências do FSE e das outras receitas correntes. Em sentido contrário, verificou-se a diminuição das contribuições e quotizações (-2,8%) e das transferências do OE, no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social; e
- um aumento da despesa em 7,5%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, das pensões, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (21,4%) e das ações de formação profissional com suporte no FSE (28,3%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da outra despesa corrente, das despesas com o subsídio de doença e das despesas de administração. No que respeita ao número de beneficiários, evidenciava-se um acréscimo de 23,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 2,5% nas pensões de velhice da Segurança Social. Em sentido oposto, os beneficiários do subsídio de doença diminuíram 21,1%.

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



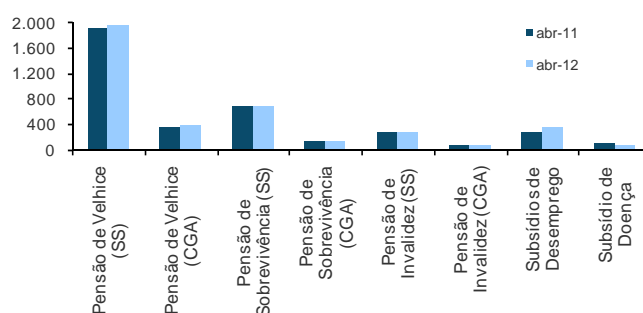
Fonte: DGO.

**Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em abril, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 143,1 milhões de euros, que compara com 268,9 milhões de euros no período homólogo. A receita total diminuiu 1,9%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE, das quotas e contribuições para a CGA e das outras receitas correntes. A despesa total aumentou 2,9%, como resultado essencialmente do aumento da despesa com pensões.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3,0% nas pensões de velhice e de 1,4% nas pensões de sobrevivência.

## Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a abr		jan a abr		jan a abr		jan a abr			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	7629	7697	0,9	32,4	32,1	2773	2720	-1,9	29,5	32,4
Contribuições e quotizações	4441	4317	-2,8	32,3	31,3	1093	1110	1,5	26,4	32,0
Transferências correntes da Adm. Central	2290	2400	4,8	32,9	34,1	1366	1485	8,7	30,7	35,2
Despesa Total	6902	7422	7,5	29,9	31,4	2504	2577	2,9	28,2	32,2
Pensões	4081	4255	4,3	28,3	29,5	2492	2566	3,0	28,8	32,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	186	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	703	853	21,4	33,4	41,7	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	1419	1398	-1,5	33,8	32,1	-	-	-	-	-
Saldo Global	726	275	-	-	-	269	143	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

## Administrações Públicas

Até abril, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo real na Administração Local foi de 1790,5 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 1663,1 milhões de euros, correspondendo a um agravamento de 1064,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o agravamento do défice do Estado, a diminuição do excedente da Segurança Social e, em menor grau, da Administração Regional.

## Administração Regional

Até abril, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 77,4 milhões de euros, o que representa um diminuição de 55,7 milhões de euros face a 2011. Este comportamento é explicado pela diminuição dos excedentes nas duas regiões em 28,6 milhões de euros e 27,1 milhões de euros, respetivamente na região autónoma dos Açores e da Madeira.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 11,2%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE e da receita fiscal. Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital do resto do mundo e das taxas, multas e outras penalidades; e
- uma quebra da despesa total em 4,1%, refletindo, essencialmente, o decréscimo das despesa de capital, da aquisição de bens e serviços, da despesa com pessoal e dos subsídios. O comportamento das transferências correntes e dos juros e outros encargos compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

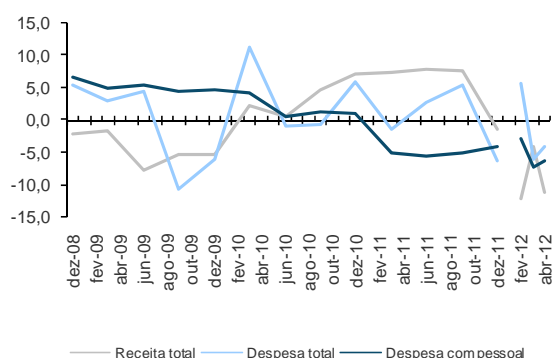
## Administração Local\*

Até abril, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 262 municípios, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 32,4 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 2,8 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face a março, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita total em 16,7%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais e do imposto municipal sobre imóveis; e
- um aumento da despesa total em 16,9%, refletindo um acréscimo da aquisição de bens e serviços, da aquisição de bens de capital e da despesa com pessoal.

**Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

## Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*			Administração Regional		VH (%)
	2012			2011	2012	
	jan a mar	jan a abr		jan a abr		
	106 euros	VC (%)		10 <sup>6</sup> euros		
Receita total	1283	1497	16,7	704	625	-11,2
Impostos	238	284	19,3	332	313	-5,6
Transferências correntes	476	572	20,3	280	213	-23,8
Despesa total	1253	1465	16,9	571	547	-4,1
Pessoal	460	504	9,7	225	211	-6,4
Aquisição de bens e serviços	320	396	23,9	83	67	-19,5
Transferências correntes	81	95	17,7	142	187	31,6
Investimento	270	326	20,8	43	16	-63,8
Saldo global	30	32	-	133	77	-

Fonte: DGO.

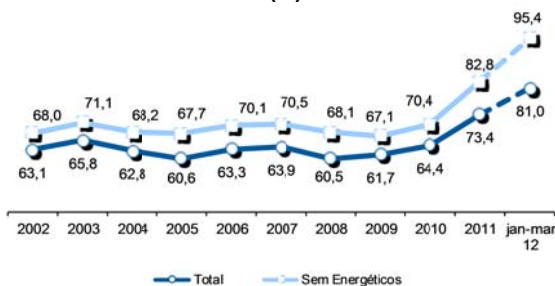
Nota: \* Os valores da AL para 2012 referem-se ao Universo Comparável.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2012 as exportações de mercadorias cresceram 11,6% enquanto as importações decresceram 3,3% <sup>[3]</sup> face a igual trimestre de 2011. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 38,4%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 8,2% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 11% (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a março			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	10.213	11.401	11,6	11,6	13,7
Importações (cif)	14.565	14.082	-3,3	-3,3	-1,9
(fob)	13.879	13.419	-3,3	-3,3	-1,9
Saldo (fob-cif)	-4.351	-2.681	-38,4	-38,4	-31,7
(fob-fob)	-3.665	-2.018	-44,9	-44,9	-36,5
Cobertura (fob/cif)	70,1	81,0	-	-	-
(fob/fob)	73,6	85,0	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Exportações (fob)	9.676	10.468	8,2	8,2	11,3
Importações (cif)	12.330	10.976	-11,0	-11,0	-7,2
(fob)	11.750	10.459	-11,0	-11,0	-7,2
Saldo (fob-cif)	-2.654	-508	-80,8	-80,8	-56,1
(fob-fob)	-2.073	9	-100,4	-100,4	-66,2
Cobertura (fob/cif)	78,5	95,4	-	-	-
(fob/fob)	82,4	100,1	-	-	-
<b>Extra-UE (milhões de Euros)</b>					
Exportações (fob)	2.372	3.138	32,3	32,3	24,2
Importações (cif)	3.538	4.047	14,4	14,4	13,8
(fob)	3.371	3.856	14,4	14,4	13,8
Saldo (fob-cif)	-1.166	-909	-22,1	-22,1	-7,3
(fob-fob)	-999	-718	-28,1	-28,1	-10,8
Cobertura (fob/cif)	67,0	77,5	-	-	-
(fob/fob)	70,4	81,4	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Fator de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº5/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de março de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com o IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros três meses de 2012, as exportações passaram a representar 81% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,9 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 95,4% das importações (+16,9 p.p. que em igual período no ano transato).

**Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de março**

	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
<b>janeiro a março</b>			
<b>Intra+Extra UE</b>			
Exportações (fob)	10 213	11 401	11,6
Importações (cif)	14 565	14 082	-3,3
Saldo (fob-cif)	- 4 351	- 2 681	-38,4
Cobertura (fob/cif)	70,1	81,0	-
<b>Intra UE</b>			
Exportações (fob)	7 842	8 263	5,4
Importações (cif)	11 027	10 035	-9,0
Saldo (fob-cif)	- 3 185	- 1 772	-44,4
Cobertura (fob/cif)	71,1	82,3	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (fob)	2 372	3 138	32,3
Importações (cif)	3 538	4 047	14,4
Saldo (fob-cif)	- 1 166	- 909	-22,1
Cobertura (fob/cif)	67,0	77,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros três meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 44,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 5,4% e as importações a decrescer 9%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 22,1% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 595	3,2	3 121	3 547	13,6
fev	4 636	4 553	-1,8	3 314	3 761	13,5
mar	5 475	4 934	-9,9	3 779	4 092	8,3
abr	5 010			3 441		
mai	5 438			3 701		
jun	4 607			3 588		
jul	4 906			3 777		
ago	4 234			2 924		
set	5 100			3 792		
out	4 720			3 790		
nov	4 744			3 876		
dez	4 406			3 282		
1º Trim	14 565	14 082	-3,3	10 213	11 401	11,6
2º Trim	15 055			10 730		
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 869			10 948		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

## Exportações de Mercadorias

Nos primeiros três meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11,6%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação positiva foi de 8,2%.

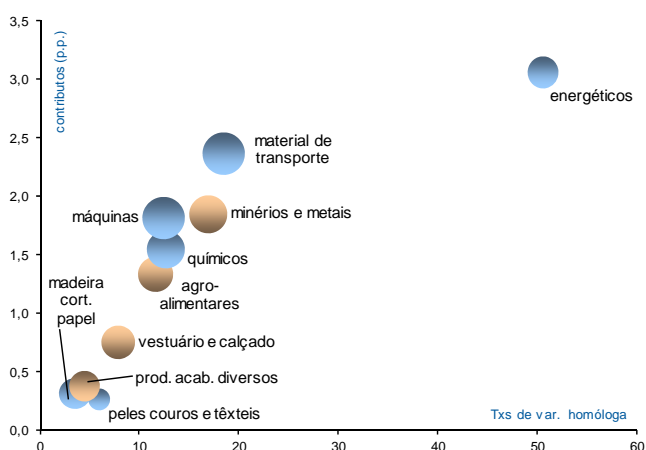
Entre janeiro e março de 2012, todos os grupos contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações, destacando-se o contributo dos produtos “Energéticos” (+3,9 p.p.) e do “Material de Transporte” (+2 p.p.). São, ainda, de salientar os grupos das “Máquinas” e dos “Minérios e Metais” (+1,9 p.p. e +1,7 p.p., respetivamente). As “Máquinas” (14,6%) e o “Material de Transporte” (14,2%) são os grupos de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias.

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em março de 2012.

No período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+13,7%). Destacam-se, novamente, os produtos relativos aos “Energéticos”, e ao “Material de Transporte”, com contributos de 3,1 p.p., 2,4 p.p., respetivamente.

De referir, ainda, que os grupos de produtos “Máquinas”, “Energéticos” e “Agroalimentares” foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias em 2011 (1,8p.p., 1,6 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)**  
Últimos 12 meses a terminar em março de 2012  
(Total: 13,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

**Quadro 3.4. Exportações \* de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-mar		últimos 12 meses <sup>[1]</sup>		jan-mar	
	jan-mar		2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
	2011	2012								
<b>Total das Exportações</b>	<b>10 213</b>	<b>11 401</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>13,7</b>	<b>13,7</b>	<b>11,6</b>	<b>11,6</b>
000 Agro-Alimentares	1065	1187	8,8	11,3	10,4	10,4	11,6	1,3	11,4	1,2
100 Energéticos	537	933	5,3	7,3	5,3	8,2	50,6	3,1	73,8	3,9
200 Químicos	1344	1368	10,3	12,4	13,2	12,0	12,6	1,6	1,8	0,2
300 Madeira, Cortiça e Papel	896	905	8,7	8,5	8,8	7,9	3,5	0,3	1,0	0,1
400 Peles, Couros e Têxteis	461	452	4,9	4,3	4,5	4,0	6,0	0,3	-1,8	-0,1
500 Vestuário e Calçado	1026	1064	11,1	9,3	10,1	9,3	7,8	0,8	3,6	0,4
600 Minérios e Metais	1177	1348	10,5	11,2	11,5	11,8	16,9	1,9	14,5	1,7
700 Máquinas	1475	1668	19,7	14,5	14,4	14,6	12,4	1,8	13,1	1,9
800 Material de Transporte	1416	1621	13,3	13,3	13,9	14,2	18,5	2,4	14,5	2,0
900 Produtos Acabados Diversos	816	855	7,4	7,8	8,0	7,5	4,5	0,4	4,8	0,4
<b>Total sem energéticos</b>	<b>9 676</b>	<b>10 468</b>	<b>94,7</b>	<b>92,7</b>	<b>94,7</b>	<b>91,8</b>	<b>11,3</b>	<b>10,7</b>	<b>8,2</b>	<b>7,7</b>

Por memória:

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2012.

[2]  $(abr\ 11-mar\ 12)/(abr\ 10-mar\ 11) \times 100 - 100$ .

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share:  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

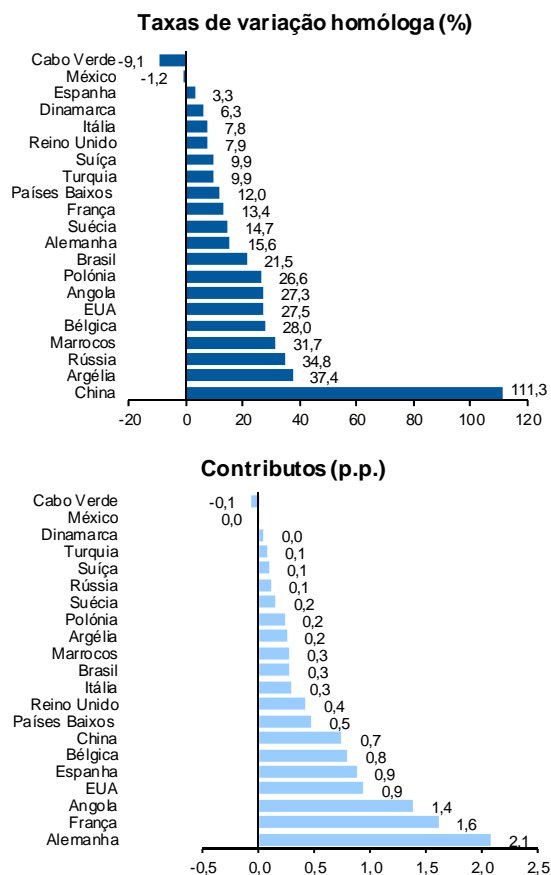
No primeiro trimestre de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 5,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 4,8%, enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 20,5%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 32,3% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+7,5 p.p.).

As exportações de mercadorias para a Alemanha (+1,5 p.p.) e para a França (+1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações para a UE. As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 7,6% e 11,4%, respetivamente.

No último ano a terminar em março de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 13,7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 10,1%. As exportações com destino à Alemanha (+2,1 p.p.) e à França (1,6 p.p) foram, também, as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para China (+111,3%), Argélia (+37,4%) e Rússia (+30,8%). Embora com um contributo reduzido, refira-se o decréscimo das exportações para Cabo Verde (-9,1%). (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos**  
Últimos 12 meses a terminar em março de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

**Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	jan-mar		anual		jan-mar		média anual 06-11*	12 meses [1]		jan-mar	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
<b>TOTAL</b>	<b>10 213</b>	<b>11 401</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,5</b>	<b>13,7</b>	<b>13,7</b>	<b>11,6</b>	<b>11,6</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>7 842</b>	<b>8 263</b>	<b>78,1</b>	<b>74,1</b>	<b>76,8</b>	<b>72,5</b>	<b>2,4</b>	<b>10,3</b>	<b>7,7</b>	<b>5,4</b>	<b>4,1</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>7 542</b>	<b>7 901</b>	<b>76,0</b>	<b>71,0</b>	<b>73,8</b>	<b>69,3</b>	<b>2,1</b>	<b>10,1</b>	<b>7,3</b>	<b>4,8</b>	<b>3,5</b>
Espanha	2 677	2 567	28,4	24,8	26,2	22,5	0,8	3,3	0,9	-4,1	-1,1
Alemanha	1 438	1 592	13,0	13,6	14,1	14,0	4,4	15,6	2,1	10,7	15
França	1 322	1 422	12,5	12,0	12,9	12,5	2,7	13,4	1,6	7,6	10
R.Unido	523	582	6,9	5,1	5,1	5,1	-2,5	7,9	0,4	11,4	0,6
P.Baixos	414	426	3,7	3,9	4,1	3,7	4,6	12,0	0,5	2,9	0,1
Itália	396	404	4,1	3,7	3,9	3,5	1,4	7,8	0,3	2,1	0,1
Bélgica	305	366	3,1	3,1	3,0	3,2	3,6	28,0	0,8	20,1	0,6
Suécia	117	140	1,1	1,0	1,1	1,2	1,7	14,7	0,2	19,3	0,2
Dinamarca	67	81	0,7	0,6	0,7	0,7	1,3	6,3	0,0	20,2	0,1
<b>Alargamento</b>	<b>300</b>	<b>362</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>2,9</b>	<b>3,2</b>	<b>11,3</b>	<b>15,6</b>	<b>0,5</b>	<b>20,5</b>	<b>0,6</b>
Polónia	89	102	0,7	1,0	0,9	0,9	11,2	26,6	0,2	14,6	0,1
<b>Extra UE-27</b>	<b>2 372</b>	<b>3 138</b>	<b>21,9</b>	<b>25,9</b>	<b>23,2</b>	<b>27,5</b>	<b>7,1</b>	<b>24,2</b>	<b>6,0</b>	<b>32,3</b>	<b>7,5</b>
dos quais:											
Angola	480	624	3,4	5,5	4,7	5,5	14,1	27,3	1,4	29,8	1,4
EUA	340	512	5,9	3,5	3,3	4,5	-6,6	27,5	0,9	50,5	1,7
Brasil	136	147	0,7	1,4	1,3	1,3	18,1	21,5	0,3	8,1	0,1
México	81	47	0,4	1,1	0,8	0,4	27,1	-12	0,0	-42,8	-0,3
Suíça	91	101	0,8	0,9	0,9	0,9	6,6	9,9	0,1	11,0	0,1
Marrocos	80	122	0,5	0,9	0,8	1,1	18,8	31,7	0,3	53,9	0,4
Turquia	77	90	0,7	0,7	0,8	0,8	5,3	9,9	0,1	16,9	0,1
Cabo Verde	66	57	0,5	0,6	0,6	0,5	6,1	-9,1	-0,1	-14,1	-0,1
China	78	222	0,6	0,9	0,8	1,9	13,3	111,3	0,7	116,2	1,4
Argélia	86	75	0,2	0,8	0,8	0,7	37,5	37,4	0,2	-12,4	-0,1
Por memória:											
Gibraltar	32	79	0,1	0,6	0,3	0,7	55,8	72,1	0,3	145,2	0,5
PALOP	607	789	4,3	6,9	5,9	6,9	13,8	25,6	1,7	29,9	1,8
EFTA	114	131	1,1	1,1	1,1	1,1	3,5	11,6	0,1	15,1	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2012.

[2] (abr 11-mar 12)/(abr 10-mar 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

## Importações de Mercadorias

Entre janeiro e março de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 3,3% (Quadro 3.6).

O comportamento negativo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-3,7 p.p.), “Agroalimentares” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de -1,3 p.p.) justificaram a redução das importações nos primeiros três meses do ano.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 6 p.p. veio contrariar este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal *mercado de origem* das importações portuguesas no primeiro trimestre de 2012 (71,3%).

Nos primeiros três meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 9%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 8,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento também decresceram (-13,1%). Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

Em sentido oposto, as importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 14,4%, em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Angola, do Brasil e da China que representaram, respetivamente, 4,1%, 3% e 2,4% das importações de mercadorias.

**Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif) jan-mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-mar		12 meses <sup>[1]</sup>		jan-mar	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>	<b>14 565</b>	<b>14 082</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-1,9</b>	<b>-1,9</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	2 126	1934	11,9	13,8	14,6	13,7	3,9	0,5	-9,0	-1,3
100-Energéticos	2 234	3 106	14,1	14,6	15,3	22,1	28,8	4,3	39,0	6,0
200-Químicos	2 353	2 321	13,3	15,2	16,2	16,5	2,3	0,4	-1,3	-0,2
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	662	574	4,7	4,6	4,5	4,1	-3,5	-0,2	-13,3	-0,6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1021	947	6,8	6,8	7,0	6,7	-3,2	-0,2	-7,2	-0,5
500-Minérios e Metais	1379	1194	9,2	8,5	9,5	8,5	-4,8	-0,4	-13,4	-1,3
600-Máquinas [4]	2 202	2 035	20,5	16,4	15,1	14,5	-9,0	-1,4	-7,6	-1,1
700-Material de Transporte [5]	1817	1281	13,5	14,1	12,5	9,1	-30,5	-4,2	-29,5	-3,7
800-Prod. Acabados Diversos	771	690	6,0	5,9	5,3	4,9	-10,7	-0,6	-10,4	-0,6
Total sem energéticos	12 330	10 976	85,9	85,4	84,7	77,9	-7,2	-6,2	-11,0	-9,3
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>11 027</b>	<b>10 035</b>	<b>77,0</b>	<b>73,0</b>	<b>75,7</b>	<b>71,3</b>	<b>-6,9</b>	<b>-5,2</b>	<b>-9,0</b>	<b>-6,8</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>10 641</b>	<b>9 700</b>	<b>75,3</b>	<b>70,6</b>	<b>73,1</b>	<b>68,9</b>	<b>-7,0</b>	<b>-5,1</b>	<b>-8,8</b>	<b>-6,5</b>
Espanha	4 688	4 483	30,9	31,6	32,2	31,8	-1,7	-0,5	-4,4	-1,4
Alemanha	1909	1691	14,3	12,3	13,1	12,0	-16,3	-2,3	-11,4	-1,5
França	1069	921	8,5	6,9	7,3	6,5	-8,3	-0,6	-13,9	-1,0
Itália	786	683	5,9	5,4	5,4	4,9	-5,7	-0,3	-13,1	-0,7
Países Baixos	755	649	4,8	4,8	5,2	4,6	-9,0	-0,4	-14,1	-0,7
Reino Unido	497	439	4,1	3,3	3,4	3,1	-13,9	-0,5	-11,6	-0,4
Bélgica	417	357	2,8	2,6	2,9	2,5	-12,9	-0,4	-14,3	-0,4
Suécia	154	147	0,9	1,0	1,1	1,0	0,5	0,0	-4,6	0,0
Irlanda	128	113	0,9	1,0	0,9	0,8	2,8	0,0	-11,8	-0,1
<b>Alargamento</b>	<b>385</b>	<b>335</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>-3,4</b>	<b>-0,1</b>	<b>-13,1</b>	<b>-0,3</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>3 538</b>	<b>4 047</b>	<b>23,0</b>	<b>27,0</b>	<b>24,3</b>	<b>28,7</b>	<b>13,8</b>	<b>3,3</b>	<b>14,4</b>	<b>3,5</b>
dos quais:										
China	370	336	1,4	2,6	2,5	2,4	-7,6	-0,2	-9,2	-0,2
Nigéria	437	193	1,4	2,6	3,0	1,4	-20,1	-0,6	-55,9	-1,7
Brasil	256	417	2,2	2,5	1,8	3,0	50,1	0,9	63,0	1,1
EUA	312	224	1,4	1,9	2,1	1,6	10,4	0,2	-28,1	-0,6
Líbia	14	60	0,8	0,0	0,1	0,4	-89,6	-0,9	342,1	0,3
Cazaquistão	164	193	0,6	1,5	1,1	1,4	35,4	0,4	17,7	0,2
Angola	208	576	0,1	2,0	1,4	4,1	177,4	1,7	177,1	2,5
Noruega	66	41	1,2	0,7	0,5	0,3	-7,8	-0,1	-38,1	-0,2
Arábia Saudita	178	268	1,0	1,6	1,2	1,9	69,1	0,7	50,5	0,6
Rússia	106	152	1,2	1,0	0,7	1,1	36,9	0,3	43,1	0,3
Índia	161	82	0,4	0,8	1,1	0,6	-18,9	-0,2	-48,9	-0,5
Suíça	86	88	0,6	0,6	0,6	0,6	-1,1	0,0	1,7	0,0
Japão	96	95	1,0	0,6	0,7	0,7	-10,5	-0,1	-1,1	0,0
Turquia	32	21	0,8	0,2	0,2	0,2	-67,0	-0,3	-33,5	-0,1
OPEP <sup>[6]</sup>	1078	1397	6,3	8,0	7,4	9,9	22,7	1,6	29,6	2,2
EFTA	156	136	1,9	1,4	1,1	1,0	-3,8	-0,1	-13,1	-0,1
PALOP	214	583	0,2	2,1	1,5	4,1	168,3	1,7	172,8	2,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em março de 2012.

[2]  $(\text{abr } 11 - \text{mar } 12) / (\text{abr } 10 - \text{mar } 11) \times 100 - 100$ .

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share:  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[4] Não inclui tractores.

[5] Inclui tractores.

### Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

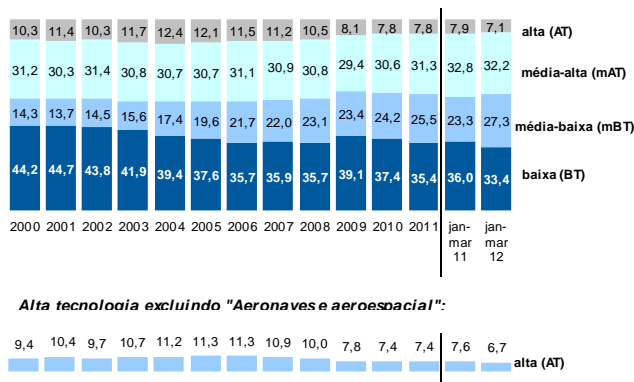
Nos primeiros três meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 12,6%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,5%), sendo os produtos de *média baixa tecnologia* aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (31,5%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).<sup>1</sup>

As exportações de produtos de *média baixa intensidade tecnológica* foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+7,4 p.p.).

As exportações dos produtos de *média alta intensidade tecnológica* contribuíram com 3,4 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

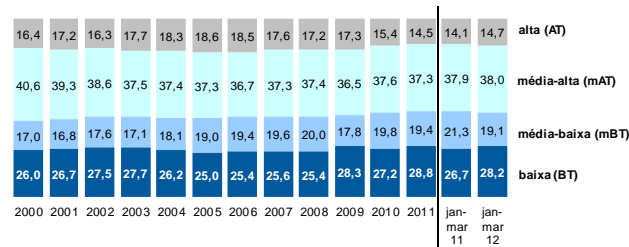
As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 12,7%, sendo os produtos de *média alta e média baixa tecnologia* os que mais contribuíram para esta redução (-4,8 p.p. e -4,6 p.p., respetivamente).

**Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

**Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

### Quadro 3.7. Exportações e Importações\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em '000 Euros

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a março		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-mar 2012/11	2010	2011	jan-mar		2011	jan-mar 2012		
									2011	2012				
<b>EXPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>39 946 853</b>	<b>9 578 093</b>	<b>10 780 491</b>	<b>3,4</b>	<b>15,8</b>	<b>12,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,8</b>	<b>12,6</b>		
Alta tecnologia	3 103 147	752 338	761 637	-4,4	15,5	12	7,8	7,8	7,9	7,1	1,2	0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	2 924 348	723 271	717 486	-5,2	15,2	-0,8	7,4	7,4	7,6	6,7	1,1	-0,1		
Média-alta tecnologia	12 519 275	3 462 233	3 475 138	3,6	18,7	10,5	30,6	31,3	32,8	32,2	5,7	3,4		
Média-baixa tecnologia	10 176 413	2 233 869	2 938 417	6,8	21,9	31,5	24,2	25,5	23,3	27,3	5,3	7,4		
Baixa tecnologia	14 148 018	3 445 653	3 605 300	3,2	9,5	4,6	37,4	35,4	36,0	33,4	3,6	1,7		
<b>Por memória:</b>														
<b>Total das Exportações</b>	<b>42 384 352</b>	<b>10 213 428</b>	<b>11 400 696</b>	<b>3,5</b>	<b>15,3</b>	<b>11,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,3</b>	<b>11,6</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	2 437 499	635 336	620 204	5,6	7,6	-2,4	6,2	5,8	6,2	5,4	0,5	-0,1		
<b>IMPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>45 990 799</b>	<b>12 188 007</b>	<b>10 641 242</b>	<b>-0,4</b>	<b>-2,4</b>	<b>-12,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-2,4</b>	<b>-12,7</b>		
Alta tecnologia	6 669 401	1 712 462	1 568 166	-5,1	-7,8	-8,4	15,4	14,5	14,1	14,7	-1,2	-1,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	6 437 600	1 625 039	1 522 959	-4,4	-6,5	-6,3	14,7	14,1	13,4	14,4	-1,0	-0,8		
Média-alta tecnologia	17 144 597	4 623 735	4 039 694	-0,1	-3,2	-12,6	37,6	37,3	37,9	38,0	-1,2	-4,8		
Média-baixa tecnologia	8 937 978	2 597 830	2 032 398	-0,4	-4,3	-21,8	19,8	19,4	21,3	19,1	-0,8	-4,6		
Baixa tecnologia	13 238 822	3 253 980	3 000 984	2,1	3,3	-7,8	27,2	28,8	26,7	28,2	0,9	-2,1		
<b>Por memória:</b>														
<b>Total das Importações</b>	<b>57 729 732</b>	<b>14 564 779</b>	<b>14 081 759</b>	<b>0,5</b>	<b>12</b>	<b>-3,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>12</b>	<b>-3,3</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	11 738 933	2 376 772	3 440 517	4,7	17,9	44,8	17,4	20,3	16,3	24,4	3,1	7,3		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

<sup>1</sup>Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

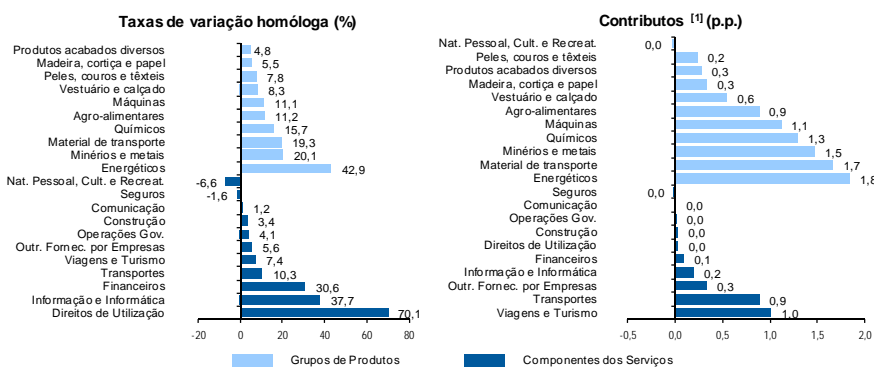
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de fevereiro de 2012, entre janeiro e fevereiro de 2012, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 10,3% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (9,4 p.p.).

Entre janeiro e fevereiro de 2012, a componente dos Serviços representou 25,7% do total das "Exportações" e contribuiu com 0,9 p.p. para o seu crescimento (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 15,8% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-0,5%) foi de -0,5 p.p., aproximadamente (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em fevereiro de 2012, com base em dados do INE para as "Exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "Exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Energéticos" (+1,8 p.p.) e do "Material de Transporte" (+1,7 p.p.). Na componente dos serviços, continua a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo e de Transportes (+1 p.p. e +0,9 p.p., respetivamente).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Último ano a terminar em fevereiro de 2012



Fonte: Cálculo do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (12,3%).

## Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	janeiro a fevereiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2011	2012	Anual		janeiro a fevereiro		média anual 05-10	12 meses [1]		janeiro a fevereiro	
			2005	2010	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
<b>CRÉDITO (Exportações)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>8 904</b>	<b>9 823</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,1</b>	<b>12,3</b>	<b>12,3</b>	<b>10,3</b>	<b>10,3</b>
<b>Bens</b>	<b>6 461</b>	<b>7 298</b>	<b>71,0</b>	<b>69,0</b>	<b>72,6</b>	<b>74,3</b>	<b>3,5</b>	<b>14,2</b>	<b>9,7</b>	<b>13,0</b>	<b>9,4</b>
<b>Serviços</b>	<b>2 444</b>	<b>2 525</b>	<b>29,0</b>	<b>31,0</b>	<b>27,4</b>	<b>25,7</b>	<b>5,5</b>	<b>8,1</b>	<b>2,6</b>	<b>3,3</b>	<b>0,9</b>
Transportes	733	827	7,1	8,4	8,2	8,4	7,5	10,3	0,9	12,8	1,1
Viagens e Turismo	791	872	13,2	13,2	8,9	8,9	4,1	7,4	1,0	10,2	0,9
Comunicação	69	74	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	1,2	0,0	7,2	0,1
Construção	88	66	0,8	0,9	1,0	0,7	5,9	3,4	0,0	-24,5	-0,2
Seguros	24	15	0,2	0,2	0,3	0,2	3,0	-1,6	0,0	-36,9	-0,1
Financeiros	30	28	0,4	0,4	0,3	0,3	3,6	30,6	0,1	-5,0	0,0
Informação e Informática	56	80	0,3	0,6	0,6	0,8	17,3	37,7	0,2	42,6	0,3
Direitos de Utilização	4	11	0,1	0,1	0,0	0,1	-5,0	70,1	0,0	146,8	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	575	467	5,2	5,8	6,5	4,8	6,5	5,6	0,3	-18,7	-1,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	38	46	0,4	0,4	0,4	0,5	3,5	-6,6	0,0	19,4	0,1
Operações Governamentais	36	39	0,3	0,3	0,4	0,4	5,7	4,1	0,0	9,4	0,0
<b>DÉBITO (Importações Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	<b>10 453</b>	<b>10 399</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>
<b>Bens</b>	<b>8 767</b>	<b>8 761</b>	<b>84,9</b>	<b>83,0</b>	<b>83,9</b>	<b>84,2</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,1</b>
<b>Serviços</b>	<b>1 686</b>	<b>1 639</b>	<b>15,1</b>	<b>17,0</b>	<b>16,1</b>	<b>15,8</b>	<b>3,4</b>	<b>3,9</b>	<b>0,6</b>	<b>-2,8</b>	<b>-0,5</b>
Transportes	501	517	4,7	5,0	4,8	5,0	2,1	3,1	0,1	3,1	0,1
Viagens e Turismo	418	428	4,2	4,4	4,0	4,1	2,3	0,7	0,0	2,4	0,1
Comunicação	64	69	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-2,2	0,0	7,2	0,0
Construção	15	17	0,2	0,2	0,1	0,2	1,8	22,5	0,0	13,3	0,0
Seguros	37	43	0,3	0,3	0,4	0,4	3,5	-0,3	0,0	15,3	0,1
Financeiros	50	52	0,3	0,8	0,5	0,5	20,5	99,1	0,4	3,8	0,0
Informação e Informática	48	56	0,4	0,7	0,5	0,5	11,0	19,0	0,1	14,7	0,1
Direitos de Utilização	61	63	0,5	0,6	0,6	0,6	4,5	0,7	0,0	4,2	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	401	284	3,0	3,6	3,8	2,7	4,9	-1,3	0,0	-29,3	-1,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	74	94	0,6	0,7	0,7	0,9	4,9	1,8	0,0	25,9	0,2
Operações Governamentais	15	17	0,3	0,1	0,1	0,2	-16,3	-19,9	0,0	8,1	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até fevereiro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.



**Destques**



## Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Primavera de 2012

Nos meses de abril e maio de 2011, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Primavera, contendo uma atualização das projeções macroeconómicas para 2012 e 2013. Face às previsões de Outono, o PIB mundial foi revisto em baixa, tendo esta revisão sido particularmente acentuada para a área do euro em 2012, sobretudo para a Espanha e Itália.

As atuais projeções das Instituições Internacionais apontam para um abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2012, e para uma ligeira melhoria, em 2013, a qual se deve estender à generalidade das regiões. Refletindo a evolução da economia mundial, o comércio de bens e serviços deve abrandar para 4,8% em volume, no conjunto de 2012 e 2013 (5,8% em 2011), ligeiramente abaixo do valor médio registado na década de 2000. Em 2012 e 2013, o conjunto das avançadas deverá continuar a expandir-se a taxas moderadas (1,7%, em média); enquanto os países emergentes e em desenvolvimento deverão manter um crescimento robusto, devendo o PIB aumentar 5,9%, em média, nestes dois anos (6,2% em 2011). A China e a Índia vão manter um elevado dinamismo, assim como a Rússia e os países da América Latina, com destaque para o reforço do crescimento do Brasil nestes dois anos.

Para 2012, de entre as principais economias avançadas, prevê-se um crescimento moderado dos EUA, uma estagnação da União Europeia com evoluções muito distintas entre os estados membros (mais forte na Polónia e países bálticos e mais fraco na Grécia), e uma recuperação do Japão (associado ao esforço de investimento na sequência do terramoto de março de 2011). A economia da área do euro deve apresentar uma moderada contração, com destaque para uma quebra do PIB em Itália, Espanha e Países Baixos e um fraco crescimento na Alemanha e França. Sendo de referir que alguns países periféricos da área do euro (Portugal e Grécia) vão manter-se em recessão, sendo o resultado de um processo de forte reajustamento estrutural das suas economias.

A desaceleração da economia da área do euro (AE) encontra-se influenciada pelo abrandamento da procura externa, mas também pelos efeitos da crise da dívida soberana, das repercussões do processo de desalavancagem do setor bancário à economia real, do processo de ajustamento dos balanços das famílias e empresas e do impacto das medidas de consolidação orçamental postas em prática na generalidade dos países. Com efeito, a procura interna da área do euro deve diminuir em cerca de 1% em 2012 (+0,5% em 2011), em resultado da redução do consumo privado, do investimento (abrangendo tanto a construção como os bens de equipamento) e do consumo público. Igualmente, as exportações deverão desacelerar significativamente para se situarem em torno de 2% (11,2% e 6,2%, respetivamente, em 2010 e 2011) apesar do contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB permanecer positivo.

Para 2013, a atividade económica da área do euro deverá recuperar moderadamente, estando previsto um crescimento do PIB próximo de 1%, associado sobretudo à recuperação do investimento em bens de equipamento e à melhoria do crescimento das exportações.

No período mais recente, a indefinição da situação política da Grécia e o agravamento da crise do setor bancário em Espanha foram fatores que fizeram aumentar o clima de forte incerteza do euro e contribuído para o agravamento das tensões existentes ao nível dos mercados de dívida soberana.

Figura 1. PIB

	(variação anual, em %)							Desvios face a Outono de 2011, em p.p.					
	2011	2012			2013			2012			2013		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economia Mundial	3,7	3,3	3,5	3,4	3,7	4,1	4,2	-0,2	-0,5	0,0	0,1	-0,4	-0,1
Economias Avançadas	1,6	:	1,4	:	:	2,0	:	:	-0,5	:	:	-0,4	:
EUA	1,7	2,0	2,1	2,4	2,1	2,4	2,6	0,5	0,3	0,4	0,8	-0,1	0,1
Japão	-0,7	1,9	2,0	2,0	1,7	1,7	1,5	0,1	-0,3	0,0	0,7	-0,3	-0,1
União Europeia	1,5	0,0	0,0	:	1,3	1,3	:	-0,6	-1,4	:	-0,2	-0,6	:
Reino Unido	0,7	0,5	0,8	0,5	1,7	2,0	1,9	-0,1	-0,8	0,0	0,2	-0,4	0,1
Área do Euro	1,5	-0,3	-0,3	-0,1	1,0	0,9	0,9	-0,8	-1,4	-0,3	-0,3	-0,6	-0,5
Alemanha	3,0	0,7	0,6	1,2	1,7	1,5	2,0	-0,1	-0,7	0,6	0,2	0,0	0,1
França	1,7	0,5	0,5	0,6	1,3	1,0	1,2	-0,1	-0,9	0,3	-0,1	-0,9	-0,2
Itália	0,4	-1,4	-1,9	-1,7	0,4	-0,3	-0,4	-1,5	-2,2	-1,2	-0,3	-0,8	-0,9
Espanha	0,7	-1,8	-1,8	-1,6	-0,3	0,1	-0,8	-2,5	-2,9	-1,9	-1,7	-1,7	-2,1
<b>Portugal</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,4*</b>	<b>-1,4</b>
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,2	:	5,7	:	:	6,0	:	:	-0,4	:	:	-0,5	:
Rússia	4,3	3,6	4,0	4,5	3,8	3,9	4,1	-0,2	-0,1	0,4	-0,2	-0,1	0,0
China	9,2	8,4	8,2	8,2	8,2	8,8	9,3	-0,2	-0,8	-0,3	0,0	-0,7	-0,2
Índia	6,9	6,8	6,9	7,3	7,5	7,3	7,8	-0,7	-0,6	0,1	-0,6	-0,8	-0,4
Brasil	2,7	3,1	3,0	3,2	4,2	4,1	4,2	-0,9	-0,6	0,0	-0,3	-0,1	0,3

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2012. \* Desvio face a *Country Report* n.º11/363, dez/11.

A taxa de inflação deve diminuir na generalidade dos países, em 2012, devendo os países emergentes registar valores em torno de 6,2% (7,1% em 2011) e permanecer, menos elevada, na maioria das economias avançadas em 1,9% (2,7% em 2011), embora se preveja a continuação da aceleração dos preços do petróleo ao longo de 2012 e manterem-se elevados em 2013.

No caso dos preços das matérias-primas não energéticas prevê-se uma quebra em 2012, invertendo a tendência registada nos últimos dois anos. A taxa de inflação na área do euro deve diminuir para se situar, em média, ligeiramente acima de 2%, embora possa situar-se em níveis relativamente elevados em alguns países devido ao impacto de aumentos dos impostos indiretos e dos preços administrados exigidos para a consolidação orçamental.

Figura 2. Taxa de Inflação e Preço das Matérias-Primas

	(variação anual, em %)							Desvios face a Outono de 2011, em p.p.					
	2011	2012			2013			2012			2013		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	
Economias Avançadas	2,7	:	1,9	:	:	1,7	:	:	0,5	:	:	:	
EUA	3,2	2,5	2,1	2,3	2,0	1,9	1,9	0,6	0,9	-0,1	-0,2	0,5	
Japão	-0,3	-0,3	0,0	-0,2	0,8	0,0	-0,2	-0,2	0,5	0,4	0,0	0,1	
União Europeia	3,1	2,6	2,3	:	1,9	1,8	:	0,6	0,5	:	0,1	:	
Reino Unido	4,5	2,9	2,4	2,6	2,0	2,0	1,9	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,6	
Área do Euro	2,7	2,4	2,0	2,4	1,8	1,6	1,9	0,7	0,5	0,8	0,2	0,7	
Alemanha	2,5	2,3	1,9	2,3	1,8	1,8	2,0	0,6	0,6	0,7	0,0	0,5	
França	2,3	2,1	2,0	2,4	1,9	1,6	1,8	0,6	0,6	1,0	0,5	0,7	
Itália	2,9	3,2	2,5	3,3	2,3	1,8	2,3	1,2	0,9	1,6	0,4	1,2	
Espanha	3,1	1,9	1,9	1,6	1,1	1,6	2,1	0,8	0,4	0,2	-0,2	1,2	
<b>Portugal</b>	<b>3,6</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>3,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7,1	:	6,2	:	:	5,6	:	:	0,3	:	:	:	
Rússia	8,4	6,5	4,8	4,6	6,8	6,4	5,8	-1,2	-2,5	-1,9	-0,6	0,1	
China	5,4	:	3,3	3,3	:	3,0	2,8	:	0,0	-0,5	:	-1,0	
Índia	8,6	:	8,2	7,9	:	7,3	6,8	:	-0,4	0,0	:	-0,4	
Brasil	6,6	:	5,2	4,9	:	5,0	5,3	:	0,0	-0,9	:	0,6	
<i>em memória:</i>													
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	110,8	116,8	114,7	:	110,2	110,0	:	13,0	14,7	:	10,5	:	
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	17,8	-6,5	-10,3	:	0,2	-2,1	:	-4,9	-5,6	:	0,5	:	

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2012.

Associado à fraqueza da atividade económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se na AE, estando previsto uma diminuição do emprego abaixo de 1% em 2012 e uma estagnação em 2013, traduzindo uma grande disparidade de situações entre os diferentes países. A taxa de desemprego deve aumentar para cerca de 11% para a AE, nos anos de 2012 e 2013 (10,2% em 2011), tendência que se estende à generalidade dos países, com exceção da Alemanha, Finlândia, Irlanda, Eslováquia, Estónia e Malta, os quais apresentam uma diminuição deste indicador em 2013 face a 2011.

**Figura 3. Taxa de Desemprego**

	(Em % da População Activa)							Desvios face a Outono de 2011, em p.p.				
	2011	2012			2013			2012			2013	
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE
Economias Avançadas	7,9	:	7,9	:	:	7,8	:	:	0,0	:	:	:
EUA	9,0	8,2	8,2	8,1	8,0	7,9	7,6	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-1,0
Japão	4,6	4,8	4,5	4,5	4,7	4,4	4,4	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,0
Área do Euro	10,2	11,0	10,9	10,8	11,0	10,8	11,1	0,9	1,0	0,5	1,0	0,8
Alemanha	5,9	5,5	5,6	5,4	5,3	5,5	5,2	-0,4	-0,6	-0,3	-0,5	-0,3
França	9,7	10,2	9,9	9,8	10,3	10,1	10,0	0,2	0,7	0,1	0,2	0,2
Itália	8,4	9,5	9,5	9,4	9,7	9,7	9,9	1,3	1,0	1,1	1,5	1,3
Espanha	21,7	24,4	24,2	24,5	25,1	23,9	25,3	3,5	4,5	1,6	4,8	2,6
<b>Portugal</b>	<b>12,7</b>	<b>15,5</b>	<b>14,4</b>	<b>15,4</b>	<b>15,1</b>	<b>14,0</b>	<b>16,2</b>	<b>1,9</b>	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>2,0</b>
Bélgica	7,2	7,6	8,0	7,5	7,9	8,3	7,8	-0,1	-0,1	0,2	0,0	0,2
Irlanda	14,4	14,3	14,5	14,5	13,6	13,8	14,4	0,0	0,6	0,4	0,0	0,7
Grécia	17,7	19,7	19,4	21,2	19,6	19,4	21,6	1,3	0,9	2,7	1,2	2,9
Chipre	7,8	9,8	9,5	:	9,9	9,6	:	2,3	2,3	:	2,8	:
Malta	6,5	6,6	6,6	:	6,3	6,5	:	-0,2	0,4	:	-0,3	:
Luxemburgo	4,8	5,2	6,0	6,3	5,9	6,0	6,6	0,4	0,0	0,0	1,2	0,6
Países Baixos	4,4	5,7	5,5	5,3	6,2	5,5	5,7	1,0	1,3	0,8	1,4	1,5
Áustria	4,2	4,3	4,4	4,6	4,2	4,3	4,8	-0,2	0,3	0,2	0,0	0,4
Eslovénia	8,2	9,1	8,7	8,8	9,4	8,9	9,2	0,7	0,7	0,3	1,2	1,0
Finlândia	7,8	7,9	7,7	7,9	7,7	7,8	7,8	0,2	0,1	-0,1	0,3	0,1
Eslováquia	13,5	13,2	13,8	14,0	12,7	13,6	13,5	0,0	1,5	0,8	0,4	1,2
Estónia	12,5	11,6	11,3	11,4	10,5	10,0	10,4	0,4	-0,2	0,6	0,4	0,4
União Europeia	9,7	10,3	:	:	10,3	:	:	0,5	:	:	0,7	:
Reino Unido	8,0	8,5	8,3	8,6	8,4	8,2	9,0	-0,1	0,5	-0,2	-0,1	-0,1
Dinamarca	7,6	7,7	5,8	7,6	7,6	5,5	7,5	0,4	1,4	0,4	0,5	0,5
Suécia	7,5	7,7	7,5	7,6	7,7	7,7	7,6	0,3	0,9	0,1	0,4	0,6
Polónia	9,7	9,8	9,4	10,3	9,6	9,1	10,6	0,6	0,2	0,4	1,0	0,4
Rep. Checa	6,7	7,2	7,0	7,0	7,2	7,4	6,9	0,2	0,4	0,3	0,5	0,5

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, abril 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, maio 2012.

### Previsões de Finanças Públicas -

Apesar das perspetivas económicas se terem agravado no ano passado, a maioria dos países da União Europeia apresentou, em 2011, menores défices orçamentais. Em consequência de medidas de consolidação orçamental levadas a cabo na maioria dos países e de uma esperada, ainda que gradual, recuperação económica, a redução dos défices orçamentais deverá manter-se em 2012 e 2013, de acordo com as previsões do FMI, da Comissão Europeia e da OCDE. Deste modo, as projeções agora apresentadas são mais favoráveis que as realizadas no outono do ano passado, quer para o conjunto da União Europeia quer para a área do euro.

**Quadro 4. Saldo orçamental das Administrações Públicas**

	Em % do PIB							Diferenças face ao outono de 2011, em p.p.							
	2011			2012			2013			2012			2013		
	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
<b>Economias Avançadas</b>															
EUA	-9,6	-8,3	-8,1	-8,3	-7,1	-6,3	-6,5	0,2	-0,2	1,0	-2,1	-0,1	1,8		
Japão	-8,2	-8,2	-10,0	-9,9	-8,0	-8,7	-10,1	-0,8	-0,8	-1,0	-0,8	-0,9	-0,6		
Área do Euro	-4,1	-3,2	-3,2	-3,0	-2,9	-2,7	-2,0	0,2	-0,1	-0,1	0,1	-0,2	-0,1		
Alemanha	-1,0	-0,9	-0,8	-0,9	-0,7	-0,6	-0,6	0,1	0,3	0,2	0,0	0,2	0,0		
França	-5,2	-4,5	-4,6	-4,5	-4,2	-3,9	-3,0	0,8	0,0	0,0	0,9	0,1	0,0		
Itália	-3,9	-2,0	-2,4	-1,7	-1,1	-1,5	-0,6	0,3	0,0	-0,1	0,1	-0,4	-0,5		
Espanha	-8,5	-6,4	-6,0	-5,4	-6,3	-5,7	-3,3	-0,5	-0,9	-1,0	-1,0	-1,3	-0,3		
<b>Portugal</b>	<b>-4,2</b>	<b>-4,7</b>	<b>-4,5</b>	<b>-4,6</b>	<b>-3,1</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,5</b>		
Bélgica	-3,7	-3,0	-2,9	-2,8	-3,3	-2,2	-2,2	1,6	0,5	0,4	1,2	1,1	0,0		
Irlanda	-13,1	-8,3	-8,5	-8,4	-7,5	-7,4	-7,6	0,3	0,1	0,3	0,3	-0,6	0,0		
Grécia	-13,1	-8,3	-7,2	-7,4	-7,5	-4,6	-4,9	-1,3	-0,3	-0,4	-0,7	0,6	0,4		
Chipre	-6,3	-3,4	-3,7	:	-2,5	-1,4	:	1,5	0,8	:	2,2	2,7	:		
Malta	-2,7	-2,6	-2,7	:	-2,9	-2,4	:	0,9	0,2	:	0,7	0,1	:		
Luxemburgo	-0,6	-1,8	-1,6	-1,4	-2,2	-2,0	-1,1	-0,7	-0,4	0,6	-1,3	-0,6	0,7		
Países Baixos	-4,7	-4,4	-4,5	-4,3	-4,6	-4,9	-3,0	-1,3	-1,7	-1,1	-1,9	-2,6	-0,2		
Áustria	-2,6	-3,0	-3,1	-2,9	-1,9	-2,4	-2,3	0,1	-0,9	0,3	1,0	0,3	0,8		
Eslovénia	-6,4	-4,3	-4,7	-3,9	-3,8	-4,2	-3,0	1,0	0,1	0,6	1,9	-0,3	0,3		
Finlândia	-0,5	-0,7	-1,4	-0,7	-0,4	-0,8	0,0	0,0	-1,7	0,7	0,3	-1,1	1,1		
Eslováquia	-4,8	-4,7	-4,2	-4,6	-4,9	-3,7	-2,9	0,2	-0,4	0,0	0,1	-0,6	0,6		
Estónia	1,0	-2,4	-2,1	-2,0	-1,3	-0,5	-0,3	-0,6	0,2	-0,1	-0,5	0,6	-0,3		
União Europeia	-4,5	-3,6	-3,8	:	-3,3	-3,1	:	0,3	-0,3	:	-0,1	-0,4	:		
Reino Unido	-8,3	-6,7	-8,0	-7,7	-6,5	-6,6	-6,6	1,1	-1,0	1,0	-0,7	-1,5	0,7		
Dinamarca	-1,8	-4,1	-5,9	-3,9	-2,0	-2,5	-2,0	0,4	-2,9	1,2	0,1	0,3	1,0		
Suécia	0,3	-0,3	-0,1	-0,3	0,1	0,5	0,3	-1,0	-1,4	-0,3	-0,8	-1,2	-0,4		
Polónia	-5,1	-3,0	-3,2	-2,9	-2,5	-2,8	-2,2	1,0	0,6	0,0	0,6	0,7	-0,2		
Rep. Checa	-3,1	-2,9	-3,5	-2,5	-2,6	-3,4	-2,2	0,9	0,2	0,9	1,4	0,2	1,2		

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, maio 2012, FMI, *World Economic Outlook*, abril 2012 e OCDE, *Economic Outlook* maio 2012.

Para Portugal, o défice para 2011 foi de 4,2% do PIB, situando 1,7 p.p. abaixo do objetivo estabelecido no Programa de Ajustamento Económico (PAE), tendo para tal contribuído, em parte, a transferência dos fundos de pensões da banca (no montante de 3,5% do PIB). Para 2012 e 2013, espera-se uma redução continuada do défice que deverá atingir 4,5% do PIB em 2012 e 3% em 2013. Esta evolução corresponde aos compromissos assumidos no PAE.

Quanto ao rácio da dívida pública em termos do PIB, a Comissão Europeia, o FMI e a OCDE preveem que, na maioria dos países da União Europeia, este venha a aumentar ainda que a um ritmo mais lento. Nos países da área do euro, o aumento do pagamento de juros e perspetivas de crescimento fracas contribuem para o aumento dos rácios.

**Quadro 5. Dívida das Administrações Públicas**

	Em % do PIB							Diferenças face Outono de 2011, em p.p.					
	2011	2012			2013			2012			2013		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
<b>Economias Avançadas</b>													
EUA	103,5	108,9	106,6	108,6	111,8	110,2	111,2	3,3	1,6	5,0	4,7	1,2	2,7
Japão	211,4	219,0	235,8	214,1	221,8	241,1	222,6	9,0	-2,6	-5,0	6,1	-1,8	-4,2
Área do Euro	88,0	91,8	90,0	99,1	92,6	91,0	99,9	1,4	0,0	1,2	1,7	0,8	1,7
Alemanha	81,2	82,2	78,9	88,5	80,7	77,4	87,8	1,0	-3,0	1,2	0,8	-3,5	1,4
França	85,8	90,5	89,0	105,5	92,5	90,8	107,3	1,3	-0,3	3,1	0,8	0,0	3,2
Itália	120,1	123,5	123,4	122,7	121,8	123,8	122,1	3,0	2,0	-5,4	3,1	3,7	-4,5
Espanha	68,5	80,9	79,0	87,9	87,0	84,0	90,9	7,1	8,9	10,7	9,0	11,2	11,9
<b>Portugal</b>	<b>107,8</b>	<b>113,9</b>	<b>112,4</b>	<b>124,3</b>	<b>117,1</b>	<b>115,3</b>	<b>130,1</b>	<b>2,9</b>	<b>0,6</b>	<b>2,4</b>	<b>5,0</b>	<b>0,4</b>	<b>6,4</b>
Bélgica	98,0	100,5	99,1	103,1	100,8	98,5	102,0	1,3	4,8	1,6	0,5	4,6	1,0
Irlanda	108,2	116,1	113,1	121,6	120,2	117,7	126,9	-1,4	-2,3	2,8	-0,9	-0,6	4,5
Grécia	108,2	116,1	153,2	168,0	120,2	160,9	173,1	-82,2	-35,9	-13,2	-78,3	-27,0	-10,8
Chipre	71,6	76,5	74,3	:	78,1	75,2	:	8,1	7,9	:	7,2	7,4	:
Malta	72,0	74,8	71,4	:	75,2	70,7	:	4,0	5,4	:	3,7	4,8	:
Luxemburgo	18,2	20,3	23,8	26,0	21,6	26,8	28,7	0,1	2,3	-4,9	1,3	3,0	-5,9
Países Baixos	65,2	70,1	70,1	81,0	73,0	73,7	83,6	5,2	3,6	5,7	7,0	6,7	6,7
Áustria	72,2	74,2	73,9	83,0	74,3	74,3	84,4	0,9	0,0	1,1	0,6	0,4	1,2
Eslovénia	47,6	54,7	52,5	60,3	58,1	55,9	63,2	4,6	5,3	2,2	3,5	6,6	2,2
Finlândia	48,6	50,5	51,6	59,1	51,7	52,8	61,8	-1,3	1,3	-6,4	-1,8	1,9	-6,7
Eslováquia	43,3	49,7	47,1	52,1	53,5	48,8	54,2	2,2	0,1	-1,3	2,4	1,6	-1,1
Estónia	6,0	10,4	5,7	12,7	11,7	5,4	12,8	4,4	0,1	-0,4	5,6	0,0	-0,2
União Europeia	83,0	86,2	84,5	:	87,2	85,5	:	1,3	0,8	:	2,3	1,8	:
Reino Unido	85,7	91,2	88,4	104,2	94,6	91,4	108,2	2,4	3,6	7,0	8,7	5,4	5,9
Dinamarca	46,5	40,9	51,3	63,0	42,1	52,2	64,8	-3,7	5,5	5,0	-2,7	5,2	6,6
Suécia	38,4	35,6	35,5	48,0	34,2	33,5	46,0	1,0	3,0	6,8	1,8	4,4	5,3
Polónia	56,3	55,0	55,7	62,9	53,7	55,2	62,3	-2,1	-0,7	-2,5	-3,8	-1,3	-2,4
Rep. Checa	41,2	43,9	43,9	50,7	44,9	45,4	52,6	2,0	0,7	2,0	0,9	0,9	2,9

Fontes Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, maio 2012, FMI, *World Economic Outlook*, abril 2012 e OCDE, *Economic Outlook* maio 2012.

Em Portugal, a dívida pública, em 2011, cifrou-se em 107,8% do PIB, valor fortemente influenciado pelo acréscimo de depósitos bancários resultante dos desembolsos efetuados ao abrigo do PAE, e ainda por utilizar no final de 2011, e da transferência dos fundos de pensões da banca. Em 2012 e 2013 a dívida deverá continuar a aumentar, para iniciar, em 2014, uma trajetória descendente.



# Iniciativas e Medidas Legislativas



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>15 de maio de 2012</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 15 de maio de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Legislação que estabelece requisitos e regras de supervisão aplicáveis a instituições de crédito e empresas de investimento (“pacote CRD IV”):</b> Após um acordo preliminar na reunião de 2 de maio, o Conselho adotou uma orientação geral sobre o pacote CRD IV, permitindo à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu. O objetivo é que seja rapidamente alcançado um acordo a este nível, se possível até ao final de junho, tal como solicitado pelo Conselho Europeu de março. Este pacote, que vem substituir a legislação europeia atualmente em vigor nesta matéria, visa, essencialmente, transpor para a Europa as normas recentemente acordadas nos fóruns internacionais (Basileia III) e aprofundar o <i>Single Rule Book</i>, diminuindo as discrepâncias nacionais e melhorando a transparência e a aplicação efetiva das normas.</li> <li>▪ <b>Alterações climáticas:</b> O Conselho aprovou um projeto de conclusões relativo a este tema onde reafirma a importância do mecanismo <i>fast start</i> no combate às alterações climáticas, salientando que, apesar dos atuais constrangimentos orçamentais, a UE mantém o seu compromisso de contribuir com EUR 7 200 milhões cumulativamente para os anos de 2010 a 2012. É ainda reforçada a ideia de que a comunidade internacional necessita desenvolver um trabalho construtivo no sentido de aumentar os recursos financeiros disponíveis para financiar as alterações climáticas para além de 2012. Neste contexto, é reconhecido o papel a desempenhar pelos bancos de desenvolvimento multilaterais e por outras instituições financeiras públicas e pelo setor privado, incluindo a aviação e o transporte marítimo.</li> <li>▪ <b>Finanças Públicas e envelhecimento da população:</b> O Conselho aprovou conclusões sobre o impacto do envelhecimento da população nas finanças públicas, realçando o facto de os desenvolvimentos positivos relativos ao aumento da esperança média de vida acarretarem desafios para a sustentabilidade das finanças públicas. Neste contexto, o Conselho enfatiza a necessidade de os países tomarem as medidas necessárias para garantir essa sustentabilidade no longo prazo e implementarem reformas estruturais de acordo com a Estratégia Europa 2020, por forma a fomentarem o crescimento potencial das suas economias. É realçado que, para o período 2010-2060, a projeção do aumento das despesas com o envelhecimento da população ascende a 4.1 p.p. do PIB, sendo que este valor é menor do que nas projeções de 2009 por via das reformas recentemente adotadas em alguns estados-membros.</li> </ul> <p>De destacar também, no domínio fiscal, a aprovação de conclusões sobre o futuro do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na UE e a criação de um sistema de IVA mais simples (tendo em vista a redução dos encargos administrativos), eficiente (reforçando a sua capacidade inerente de geração de receita e promoção do crescimento económico) e robusto (designadamente, tendo em conta os novos desenvolvimentos tecnológicos).</p> <p>No dia 21 de maio, o Comité de Representantes Permanentes (COREPER) adotou uma orientação geral relativamente à revisão do Regulamento das Agências de Notação de Risco (Regulamento 1060/2009), dispensando a respetiva discussão e adoção no Conselho ECOFIN. A orientação geral permitirá à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu.</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>Tal como no pacote CRD IV, o objetivo é alcançar o mais rapidamente possível um acordo com o Parlamento Europeu.</p> <p>Os Chefes de Estado ou de Governo da UE reuniram-se num jantar informal, no dia 23 de maio, para debaterem as formas de dinamizar o crescimento económico na União. As áreas de atuação neste domínio incluem a mobilização das políticas da UE para apoio ao crescimento, a dinamização do investimento e a melhoria do acesso ao financiamento por parte das PME, opção que poderá passar por uma aumento de capital do BEI, o fomento da formação de capital humano e a implementação de medidas de apoio à procura do fator trabalho. Foi ainda discutida a situação política e económica na Grécia, tendo os Chefes de Estado ou de Governo reiterado o seu compromisso de apoiarem a manutenção deste estado-membro no euro, devendo este respeitar os compromissos assumidos com a UE.</p>
<p><i>Diretiva europeia sobre serviços</i></p> <p>Conselho de Ministros de 17 de maio</p>	<p>No âmbito da adequação da legislação nacional à diretiva europeia sobre serviços, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alteração do regime de atividade do comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossistas, estabelecendo regras de procedimento, de prazos de decisão e de deferimento tácito dos pedidos de autorização para a realização de feiras em locais de domínio privado.</li> </ul>
<p><i>Reconhecimento das qualificações profissionais</i></p> <p>Conselho de Ministros de 24 de maio</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, que adapta determinadas diretivas europeias no domínio da livre circulação de pessoas.</p> <p>Este diploma visa melhorar os procedimentos no sistema de reconhecimento de qualificações profissionais, nomeadamente pela atualização das denominações adotadas pelos Estados membros para os títulos de formação, organismos que os emitem, certificados e títulos profissionais correspondentes, bem como no que respeita à simplificação da declaração prévia.</p>
<p><i>Formação do preço dos medicamentos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 24 de maio</p>	<p>O Governo aprovou uma alteração ao regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participados.</p> <p>Este diploma transfere a responsabilidade da fixação dos preços dos medicamentos para o Ministério da Saúde, designadamente para o Infarmed.</p>
<p><i>Recintos de espetáculos e de divertimentos públicos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 24 de maio</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou, para audições, um diploma que simplifica o regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos e o regime de acesso, exercício e fiscalização de várias atividades de controlo municipal.</p> <p>Os procedimentos administrativos associados ao exercício daquelas atividades ficam assim em conformidade com as exigências das diretivas comunitárias relativas aos serviços no mercado interno.</p>
<p><i>Reprogramação estratégica do QREN</i></p>	<p>Foi aprovada a suspensão da aprovação de operações nos PO temáticos e regionais do Continente, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN de 8 de maio de 2012.</p> <p>O elevado nível de aprovações registado, em parte com compromissos que não revelam capacidade de realização financeira para a sua plena execução,</p>

**Iniciativa****Sumário**

justificou já a adoção de medidas anteriores - deliberações da CMC do QREN e Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, de 1 de março.

Considerando os resultados obtidos com estas medidas, atendendo à dimensão dos recursos de fundos comunitários que é necessário mobilizar para a obtenção de resultados significativos decorrentes das opções a definir em sede da reprogramação estratégica do QREN e face ao estágio atual de realização dos vários Programas Operacionais, a CMC do QREN considera que devem continuar suspensas as iniciativas de gestão tendentes à abertura de procedimentos de apresentação de candidaturas, a aprovação de novas operações, incluindo a sua reprogramação visando o acréscimo do valor da participação de fundos comunitários.

Esta orientação deve vigorar pelo menos até à aprovação, pela CMC do QREN, das novas linhas de orientação da reprogramação estratégica do QREN.

**2. Seleção de Medidas Legislativas**

<b>ASSUNTO/DIPLOMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Incentivos ao empreendedorismo jovem</i> Resolução da Assembleia da República n.º 58/2012. D.R. n.º 86, Série I de 2012-05-03	Recomenda ao Governo a promoção de incentivos ao empreendedorismo jovem.
<i>Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2012. D.R. n.º 86, Série I de 2012-05-03	Define as competências, a composição e as regras de funcionamento do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação.
<i>Processo de fusão das empresas, Metro e Carris de Lisboa</i> Decreto-Lei n.º 98/2012. D.R. n.º 86, Série I de 2012-05-03	Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., e da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas.
<i>Pensões de acidentes de trabalho</i> Portaria n.º 122/2012. D.R. n.º 86, Série I de 2012-05-03	Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho.
<i>Atualização anual das pensões de acidentes de trabalho</i> Portaria 122/2012. D.R. n.º 86 Série I de 03-05-2012	Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho
<i>Taxa de juros</i> Aviso n.º 6110/2102. D.R. n.º 87 Série II de 04-05-2012	Taxa de juros para o mês de Maio já multiplicada pelo fator 0,96 é de 2,80706%
<i>Taxa de juros</i> Aviso n.º 6111/2012. D.R. n.º 87 Série II de 04-05-2012	A Taxa média a vigorar no mês de maio de 2012 é de 2,92402% a qual multiplicada pelo fator 1,10 é de 3,21642%
<i>Por um envelhecimento ativo</i> Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012. D.R. n.º 87, Série I de 2012-05-04	Recomenda um conjunto de cinco medidas que visam a promoção do envelhecimento ativo.
<i>Consumo de produtos nacionais</i>	Recomenda a promoção do consumo de produtos nacionais e a criação de melhores condições para que esses produtos de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Resolução da Assembleia da República n.º 62/2012. D.R. n.º 87, Série I de 2012-05-04	origem nacional sejam identificados.
<i>Acidentes no setor do transporte marítimo</i> Lei n.º 18/2012. D.R. n.º 88, Série I de 2012-05-07	Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo.
<i>Pagamento de prestações sociais</i> Resolução da Assembleia da República n.º 64/2012. D.R. n.º 88, Série I de 2012-05-07	Recomenda a aplicação de medidas em matéria de pagamento de prestações sociais.
<i>Fundos Comunitários e Extracomunitários</i> Decreto-Lei n.º 99/2012. D.R. n.º 88, Série I de 2012-05-07	Institui a Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários.
<i>Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários</i> Decreto-Lei n.º 99/2012. D.R. n.º 88 Série I de 07-05-2012	Institui a comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários
<i>Nomeação dos membros do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais (CICIFI)</i> Despacho (extrato) n.º 5996/2012. D.R. n.º 88 Série II de 07-05-2012	Nomeação dos membros do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais (CICIFI)
<i>Estampilha Fiscal</i> Portaria n.º 135-A/2012. D.R. n.º 89 - Suplemento - Série I de 08-05-2012	Regulamenta a estampilha especial para a selagem dos produtos de tabaco manufacturado declarados
<i>Fundo de Estabilização Tributário</i> Portaria n.º 135-B/2012. D.R. n.º 89 - Suplemento - Série I de 08-05-2012	Fixa a percentagem das receitas do Fundo de Estabilização Tributário
<i>Lei da concorrência</i> Lei n.º 19/2012. D.R. n.º 89, Série I de 2012-05-08	Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.º 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de 25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.
<i>Programa de Ação, 2012 – Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações</i> Resolução da Assembleia da República n.º 66/2012. D.R. n.º 89, Série I de 2012-05-08	Recomenda, no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, a aplicação das medidas constantes no Programa de Ação 2012.
<i>Lista de aposentados e reformados</i> Aviso n.º 6279/2012. D.R. n.º 90 Série II de 09-05-2012	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de Junho de 2012
<i>Solução GeRFiP</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2012. D.R. n.º 90, Série I de 2012-05-09	Autoriza a despesa com a disseminação da solução Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em modo partilhado (GeRFiP) pelos órgãos e serviços da Administração Pública, durante o ano de 2012.
<i>Biomassa florestal</i> Resolução da Assembleia da República n.º 69/2012. D.R. n.º 91, Série I de 2012-05-10	Recomenda um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais.
<i>Valorização energética da biomassa</i> Resolução da Assembleia da República n.º 70/2012. D.R. n.º 91, Série I de 2012-05-10	Recomenda a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta.
<i>Garantia pessoal do Estado</i> Despacho n.º 6154/2012. D.R. n.º 92 Série II de 11-05-2012	Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e euros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo BANIF - Banco de Investimento, S.A.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 6242/2012. D.R. n.º 92 Série II de 11-05-2012</p>	<p>Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo BCP, S.A. - Banco Comercial Português</p>
<p><i>Regime de prestação de serviços de garantia de potência dos centros electroprodutores</i></p> <p>Portaria n.º 139/2012. D.R. n.º 93, Série I de 2012-05-14</p>	<p>Procede à revogação do regime de prestação de serviços de garantia de potência dos centros electroprodutores ao Sistema Elétrico Nacional e do respetivo mecanismo de remuneração e estabelece os princípios orientadores do novo regime remuneratório. Revoga a Portaria n.º 765/2010, de 20 de Agosto.</p>
<p><i>Instalações de cogeração - regime remuneratório</i></p> <p>Portaria n.º 140/2012. D.R. n.º 93, Série I de 2012-05-14</p>	<p>Estabelece os termos em que vai ser definido o novo regime remuneratório aplicável à produção de energia elétrica em sistema de cogeração.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2012</i></p> <p>Lei n.º 20/2012. D.R. n.º 93, Série I de 2012-05-14</p>	<p>Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.</p>
<p><i>Regime do alojamento local</i></p> <p>Portaria n.º 138/2012. D.R. n.º 93, Série I de 2012-05-14</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local.</p>
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 6380/2012. D.R. n.º 94 Série II de 15-05-2012</p>	<p>Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros a contrair pela SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A. e AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.</p>
<p><i>Mecanismos de recapitalização das instituições financeiras</i></p> <p>Portaria n.º 150-A/2012. D.R. n.º 96, Suplemento, Série I de 2012-05-17</p>	<p>Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público.</p>
<p><i>Bens imóveis do domínio privado do Estado português</i></p> <p>Aviso n.º 6871/2012. D.R. n.º 97 Série II de 18-05-2012</p>	<p>Aviso definitivo referente à 3ª lista de 2011 de bens imóveis do domínio privado do Estado Português</p>
<p><i>Aquisição de bens e prestação de serviços TIC</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 107/2012. D.R. n.º 97, Série I de 2012-05-18</p>	<p>Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.</p>
<p><i>Programa da Indústria Responsável</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012. D.R. n.º 97, Série I de 2012-05-18</p>	<p>Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial.</p>
<p><i>Comissão de acompanhamento: FEDER e FSE</i></p> <p>Despacho n.º 6880/2012. D.R. n.º 98, Série II de 2012-05-21</p>	<p>Alteração à composição da comissão de acompanhamento conjunta dos programas operacionais de assistência técnica FEDER e FSE.</p>
<p><i>Serviço universal de comunicações eletrónicas</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012. D.R. n.º 99, Série I de 2012-05-22</p>	<p>Aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas, define os termos dos respetivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente.</p>
<p><i>Emissão bilhetes do Tesouro</i></p> <p>Instrução n.º 2/2012. D.R. n.º 99 Série II de 22-05-2012</p>	<p>Emissão de bilhetes do Tesouro e estatuto de operadores de mercado</p>
<p><i>Criação unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 111/2012. D.R. n.º 100 Série I de</p>	<p>Disciplina a intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas e cria a</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
23-05-2012	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
<i>Alvarás das empresas de construção</i> Declaração de Retificação n.º 25/2012. D.R. n.º 100, Série I de 2012-05-23	Retifica a Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, do Ministério da Economia e Emprego, que fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar, e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28 de janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2012.
<i>Parcerias público-privadas. Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos</i> Decreto-Lei n.º 111/2012. D.R. n.º 100, Série I de 2012-05-23	Disciplina a intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas e cria a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos.
<i>Capital social dos operadores de transporte de energia</i> Decreto-Lei n.º 112/2012. D.R. n.º 100, Série I de 2012-05-23	Altera os limites legais de participação no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, no capital social das empresas concessionárias da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL e no capital social do operador da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.
<i>Regime remuneratório Comissão de Recrutamento e Seleção Administração Pública</i> Portaria n.º 168/2012. D.R. n.º. 101 Série I de 24-05-2012	Fixa o regime remuneratório dos membros da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública
<i>Conta provisória de janeiro a março de 2012</i> Declaração n.º 94/2012. D.R. n.º. 102 Série II de 25-05-2012	Conta provisória de janeiro a março de 2012
<i>Autorização encargos orçamentais</i> Portaria n.º 221/2012. D.R. n.º. 102 Série II de 25-05-2012	Autorização da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para assumir os encargos orçamentais relativos à prestação de serviços de aquisição de seguro de saúde
<i>Programa Revitalizar</i> Despacho n.º 7292/2012. D.R. n.º 103, Série II de 2012-05-28	É criada a Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa Revitalizar.  Esta comissão tem por objetivo apresentar e operacionalizar as iniciativas do Programa Revitalizar, assegurando a necessária coordenação entre Ministérios e respetivos organismos tutelados, e garantindo também a eficaz articulação com as entidades privadas envolvidas no Programa.
<i>Contrato aquisição de viaturas</i> Portaria n.º 222/2012. D.R. n.º. 103 Série II de 28-05-2012	Autoriza a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo à repartição de encargos relativos ao contrato a celebrar com a entidade adjudicatária, para a aquisição de viaturas, na sequência de procedimento conduzido pela Agência Nacional de Comprar Públicas, E.P.E.
<i>Contrato aquisição de viaturas</i> Portaria n.º 223/2012. D.R. n.º. 103 Série II de 28-05-2012	Autoriza a Direção Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo à repartição de encargos relativos ao contrato a celebrar com a entidade adjudicatária, para a aquisição de viaturas, na sequência de procedimento conduzido pela Agência Nacional de Comprar Públicas, E.P.E.
<i>Estrutura orgânica IGF</i> Portaria n.º 174/2012. D.R. n.º. 104 Série I de 29-05-2012	Fixa a estrutura orgânica da Inspeção Geral de Finanças
<i>Isenção de IRC</i> Despacho n.º 7360/2012. D.R. n.º. 104 Série II de 29-05-2012	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10º do Código da URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção

## Abreviaturas Utilizadas



## Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição homóloga dos últimos 01 meses

## Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.  
 : representa valor não disponível.  
 - não se aplica.